

ATA DA REUNIÃO DE 24.05.2017 (PÚBLICA)

ATA N.º 11/2017

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano dois mil e dezassete, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Renato Alves dos Santos, em substituição de Elísio Costa Santos Summavielle, Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Eduardo Manuel Silva Santos Baptista, Hugo Manuel Moreira Luís, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes e Maria Antonieta Mendes Lourenço. Assistiu à reunião Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças. Esteve ausente o Vereador Elísio Costa Santos Summavielle, cuja falta a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.1.** Ata; **1.2.** Atribuição de condecorações municipais; **1.3.** Alargamento do horário de funcionamento do Serviço Drive do Mc Donald's, em Mafra; **1.4.** Alargamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas da Ericeira, Foz do Lizandro, Ribeira d'Ilhas e S. Lourenço, até às 3:00h, no período de 1 de junho a 17 de setembro de 2017; **1.5.** Alargamento do horário de funcionamento para os estabelecimentos enquadrados na praia da Foz do Lizandro para o "Dia da Espiga" – Feriado Municipal – 25 de maio de 2017; **1.6.** Aprovação das minutas dos contratos de empréstimo; **1.6.1.** Empréstimo de médio e longo prazo no montante de € 7.116.224,00, junto do Banco Santander Totta, S.A.; **1.6.2.** Empréstimo de médio e longo prazo no montante de € 15.000.000,00, junto do Banco BPI, S.A.; **1.7.** Resgate e declaração de nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao contrato de Concessão da Exploração e Gestão do Sistema Municipal de Água e Saneamento do Concelho de Mafra – Ratificação de despacho; **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO**

SOCIOECONÓMICO: 2.1. Valores para a Época Desportiva 2017/2018 e Época Balnear 2017; **2.2.** Geração ON 2017 – proposta de calendarização e retribuição financeira; **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA.** -----

--- ABERTURA DA REUNIÃO: -----

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta e cinco minutos. -----

--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA: -----

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si, no uso da competência delegada, conforme listagem em anexo (anexo I). -----

--- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

--- INTERVENÇÕES: -----

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- O Presidente informou dos eventos que tiveram lugar no Concelho de Mafra: no dia 6 de maio, pelas 15h00, no Parque Desportivo Municipal de Mafra, a final do “Mafra Foot”; nos dias 20 e 21 de maio, das 10h30 às 18h30, no Jardim do Cerco, em Mafra, a Feira da Solidariedade; no âmbito das comemorações dos 40 anos do histórico 1.º Campeonato Nacional de Surf, o descerramento de uma placa comemorativa. -----

--- Deu, também, conhecimento dos seguintes eventos que se realizarão no Concelho: no dia 25 de maio, assinala-se o Dia do Município (pelas 09h00, o hastear das bandeiras no Terreiro D. João V, em Mafra; pelas 09h15, a Missa solene na Basílica de Mafra; pelas 10h00, a sessão solene no Claustro Sul do Palácio Nacional de Mafra; pelas 12h00, a inauguração do Parque Intermodal do Alto da Vela; pelas 18h00, no Claustro Sul do Palácio Nacional de Mafra, o lançamento do livro “Órgãos Históricos Mafra”, com textos do Professor João Vaz e fotografias de Luís Ramos; pelas 21h00, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, o concerto de apresentação das obras distinguidas com o “Prémio Internacional de Composição Órgãos do Palácio Nacional de Mafra”); no dia 26 de maio, pelas 21 horas, na Igreja de São Pedro da Ericeira, o 3.º concerto do Festival Internacional de Órgão de Mafra; no dia 27 de maio, pelas 19h00, o Festival Internacional de Órgão – ECHO – concerto a seis órgãos, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra; no dia 28 de maio, pelas 16h00, na Igreja de São Silvestre

ATA DA REUNIÃO DE 24.05.2017 (PÚBLICA)

do Gradil, o concerto por Jan Willem Jansen promovido pelo Festival Internacional de Órgão; de 27 a 28 maio, a Mostra Gastronómica de Mexilhão, com *showcooking* e degustações no Mercado Municipal da Ericeira. -----

--- **DA VEREADORA ANTONIETA LOURENÇO:** -----

--- No uso da palavra, a Vereadora Antonieta Lourenço destacou, dos eventos realizados, a promoção do espetáculo "A Luz no Sagrado, a primeira pedra", que ocorreu nos dias 19 e 20 de maio, respetivamente, no âmbito das comemorações do tricentenário da construção do Real Edifício de Mafra. -----

--- **DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA:** -----

--- O Vereador Eduardo Baptista saudou o Dia da Espiga, Dia do Município de Mafra, nos termos do documento apresentado, o qual se anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo II). -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente declarou que partilhava dos pressupostos da saudação do Dia da Espiga, acrescentando que os campos são visitados livremente, por quem assim o quiser fazer. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador Sérgio Santos, no uso da palavra, concordou com a sugestão apresentada pela CDU relativamente à celebração do Dia da Espiga. -----

--- Relativamente à atribuição de condecorações municipais, declarou que o Partido Socialista gostaria de apresentar também outros nomes e colocá-los à votação, questionando qual a altura em que o poderia fazer, se no período antes da ordem do dia ou na ordem do dia. -----

--- Solicitou, ainda, que fosse enviado, por *e-mail*, os valores e datas de todos os ajustes diretos realizados com as empresas AECI e Sandra Oliveira Alves. -----

--- **PRESENÇA DE VEREADOR:** -----

--- Nesta altura, quando eram nove horas e cinquenta e cinco minutos, entra na sala de reuniões o Vereador Hugo Moreira Luís. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- Relativamente aos procedimentos por ajuste direto, o Presidente informou que os



mesmos estão publicitados na plataforma, mas os serviços poderão facultar essa informação. -----

--- O Presidente mostrou-se surpreendido quanto à questão formulada a propósito das condecorações municipais, uma vez que os nomes apresentados foram o resultado do consenso obtido na reunião preparatória, com todos os partidos e onde o Vereador esteve presente. Considerou que é extemporâneo incluir-se agora outros, na véspera do Dia do Município, não havendo tempo útil para a devida preparação, pelo que não pode aceitar novas propostas. Acrescentou que esses novos nomes poderão, eventualmente, ser submetidos à aprovação antes de um futuro Dia do Município. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador acrescentou que existia um compromisso assumido pelo Partido Socialista em relação a um nome. Solicitou que ficasse registado que fora impedido de apresentar, no período antes da ordem do dia, nomes de pessoas que fizeram algo pelo Concelho de Mafra e que, na sua perspetiva, merecem ser homenageadas no Dia do Município. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente solicitou que ficasse bem registado que se realizou uma reunião de preparação com todos os partidos políticos e que o Vereador teve a oportunidade de apresentar nomes, pelo que questiona porque não o fez. -----

--- **DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA:** -----

--- O Vereador Eduardo Baptista sugeriu que, no futuro, se procedesse a uma reflexão sobre a forma de proceder à listagem e quanto à forma de eleger, não sendo, na sua opinião, o momento razoável para apresentação de nomes. Declarou, ainda, que desconhecendo os nomes que o Partido Socialista gostaria de propor, teria de existir uma reflexão sobre os mesmos. Não querendo retirar razão ao Vereador Sérgio Santos, afirmou que a proposta deveria ter sido feita antes. -----

--- Pronunciando-se sobre os procedimentos por ajuste direto, disse que a informação deve ser entregue a todos os Vereadores. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador Sérgio Santos lamentou que o nome proposto há dois anos pelo Partido Socialista, de um empresário de sucesso no Concelho com as mesmas características dos agora submetidos à aprovação, não seja homenageado. Por último, declarou que até poderá compreender que não seja o tempo certo, mas não está a cometer nenhuma ilegalidade. -----

ATA DA REUNIÃO DE 24.05.2017 (PÚBLICA)

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: ---

--- O Presidente lamentou que o Vereador não tivesse apresentado o nome em devido tempo, porque se assim o tivesse feito provavelmente não se estaria aqui a discutir este assunto. Esqueceu-se, lamentando-o profundamente. ---

--- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: COMUNICAÇÃO DE CELEBRAÇÃO OU RENOVAÇÃO DE CONTRATOS: ---

--- O Presidente deu conhecimento, nos termos conjugados dos n.ºs 4 e 12 do artigo 49.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, dos contratos celebrados ou renovados no período de 17 de abril de 2017 até 18 de maio de 2017, em conformidade com a Informação Interno/2017/7557, datada de 18 de maio de 2017 (anexo III). ---

--- II – ORDEM DO DIA: ---

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: ---

--- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: ---**--- 1.1. ATA: ---**

--- O ponto foi retirado da ordem de trabalhos. ---

--- 1.2. ATRIBUIÇÃO DE CONDECORAÇÕES MUNICIPAIS: ---**--- MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL, GRAU OURO, A JOSÉ ESTRANGEIRO: ---**

--- Presente proposta exarada pelo Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor: -

--- *"Nascido na Ericeira, José Estrangeiro é atleta de alta competição desde 2004. Aos 29 anos de idade, dos quais 13 consecutivos a representar a Seleção Nacional, este triatleta profissional dedica-se, também, à prática de distâncias longas, nomeadamente Ironman e Half Ironman. ---*

--- *O primeiro contacto com o desporto deu-se através do duatlo, com uma primeira participação na competição organizada pela Câmara Municipal de Mafra em 1996. Na época, José Estrangeiro já gostava de andar de bicicleta e, por influência do seu pai, começou também a correr, disputando corta-matos escolares. Nessa altura, e porque ainda não existiam circuitos de duatlo para a sua idade, começou a aprendizagem da natação, iniciando assim a prática do triatlo. ---*



--- Com apenas 16 anos foi-lhe atribuído o título de "Jovem Promessa" na IX Gala do Desporto de Portugal e, aos 17 anos, foi homenageado na mesma gala pela conquista do título europeu de duatlo. Somou importantes conquistas a nível júnior: campeão da Europa em 2005, terceiro no Mundial de 2006 e novamente terceiro no Europeu e no Mundial de 2007. -----

--- A partir de 2012, começou também a praticar longas distâncias, num caminho de aprendizagem e de progresso. Em média treina 25 a 30 horas semanais, sendo que o primeiro treino começa às 6 horas da manhã. No entanto, na altura da pré-época, as cargas de treinos chegam a ser de 40 horas por semana. -----

--- Em termos desportivos, José Estrangeiro pretende consolidar a sua posição nos circuitos comerciais e, a médio prazo, a ambição passa pela qualificação para o Campeonato do Mundo de Ironman que se realiza no Havai, no qual participam os atletas que integram o ranking dos 50 melhores do mundo. -----

--- Considerando que: -----

--- a) José Estrangeiro é um exemplo para as novas gerações, não só pela sua capacidade de trabalho diário, mas sobretudo pelo espírito de superação. Nas suas palavras, depois de 8,5 horas consecutivas a nadar, a andar de bicicleta e a correr, mais do que superar a dor física, é necessário conseguir manter a concentração nos objetivos pretendidos, que é fundamental para vencer o desafio; -----

--- b) Este verdadeiro "homem de ferro" personifica, também, a generosidade, na medida em que tem vindo a aliar a atividade de atleta com a de treinador, apoiando a evolução de outros jovens; -----

--- c) Ao longo da sua longa carreira de sucesso, José Estrangeiro tem levado a "bandeira" do Concelho de Mafra aos quatro cantos do mundo, assumindo o papel de embaixador desportivo. -----

--- Face ao exposto, proponho a atribuição da Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, a José Estrangeiro." -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por escrutínio secreto, com oito votos a favor, concordar com o teor da referida Proposta e, em consequência, atribuir a Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, a José Estrangeiro. -----

--- **MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL, GRAU OURO, AO REVERENDO PADRE JOAQUIM BATALHA:** -----

--- Presente proposta exarada pelo Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor: -

--- "Natural do lugar da Achada, freguesia e concelho de Mafra, Joaquim Batalha

ATA DA REUNIÃO DE 24.05.2017 (PÚBLICA)

nasceu numa família de oleiros e considera-se, a si próprio, um "vaso em construção", que o oleiro divino tem vindo a moldar desde o seio familiar, passando pelos seminários e por mais de 50 anos de vida pastoral, dedicados ao projeto da nova eclesiologia conciliar. -----

--- De 1952 a 1964, ainda na sua terra natal, criou um jornal de parede "ECOS" na sede da Ação Social e, com o apoio do grupo de jovens da paróquia, o jornal regional do Concelho de Mafra "O Jovem", editado durante 25 anos. Esta dinâmica de comunicação, iniciada na adolescência, tem vindo a atravessar toda a sua vida de sacerdote católico, iniciada em 1963: dos boletins aos programas de rádio, passando até pelos blogues. -----

--- Exerce, atualmente, as funções de pároco de Ribamar, no concelho da Lourinhã, assistente eclesiástico dos Movimentos Rurais da Ação Católica, Vice-coordenador do Núcleo de Diálogo Social e Presidente da Fundação João XXIII/ Casa do Oeste. -----

--- Considerando que: -----

--- a) O Padre Joaquim Batalha exerce a ação pastoral cultivando a relação de proximidade com as comunidades, acreditando que o melhor testemunho da evangelização que a Igreja pode dar é "fazer circular a alegria da fraternidade de portas abertas"; -----

--- b) Tal proximidade tem vindo a materializar-se na mobilização dessas comunidades para a construção de igrejas ou centros pastorais, na constituição de grupos bíblicos, na organização de sessões de formação laicais, na promoção de atividades direcionadas à juventude, no apoio aos agricultores, através dos Movimentos Rurais da Ação Católica, entre muitos outros exemplos que evidenciam o seu dinamismo e polivalência; -----

--- c) Enquanto Presidente da Fundação João XXIII/ Casa do Oeste, instituição que desenvolve a sua atividade também no Concelho de Mafra, onde reúne muitos voluntários, tem vindo a ser o motor da solidariedade prestada à Guiné-Bissau, nas áreas da educação, saúde e agricultura; -----

--- d) Neste Dia do Município, pretende a Câmara Municipal prestar homenagem a um filho da terra que tudo fez, nas suas próprias palavras, "ao serviço da unidade e do

bem de todos". -----

--- Face ao exposto, proponho a atribuição da Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, ao Reverendo Padre Joaquim Batalha." -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por escrutínio secreto, com sete votos a favor e uma abstenção, concordar com o teor da referida Proposta e, em consequência, atribuir a Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, ao Reverendo Padre Joaquim Batalha. -----

--- **MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL, GRAU OURO, AO REVERENDO PADRE DAVID MENDES:** -----

--- Presente proposta exarada pelo Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor: -

--- " Natural da freguesia de Paços de Brandão, concelho de Santa Maria da Feira, David Mendes foi ordenado sacerdote em 15 de agosto de 1960. -----

--- Entre 1980 e 2007, ao longo de 27 anos, foi pároco de São Pedro da Ericeira e de Nossa Senhora do Ó da Carvoeira. Para além do ministério pastoral, exerceu também funções de professor de Religião e Moral, assumindo a gestão da biblioteca escolar. ---

--- Considerando que: -----

--- a) Num tempo em que muito ainda estava por fazer na organização da vida paroquial, o Reverendo Padre David Mendes promoveu a constituição de vários grupos, envolvendo a comunidade no processo de evangelização, entre os quais a catequese, os grupos de casais, o agrupamento de escuteiros e o coro, revelando uma especial atenção à música; -----

--- b) Aqueles que com ele privaram reconhecem-lhe a simplicidade de vida, a retidão de caráter, a coerência na assunção de posições e a solidez das convicções, contribuindo para despertar vocações. Embora exigente, revelou-se sempre humano e compreensivo; -----

--- c) O Reverendo Padre David Mendes é, nas suas próprias palavras, um "apaixonado pela liturgia", primando pela adequada preparação das celebrações, pela profundidade das homilias, assim como pela valorização dos Sacramentos e da Palavra; -----

--- d) Ao mesmo tempo, e reconhecendo o valioso património religioso das Paróquias de São Pedro da Ericeira e de Nossa Senhora do Ó da Carvoeira, empenhou-se na promoção da conservação e do restauro dos templos religiosos; -----

--- e) Ao assegurar o acompanhamento espiritual decorrente das suas funções ministeriais, lançando raízes profundas na formação dos fiéis, o Reverendo Padre David Mendes contribuiu para a valorização da comunidade, pelo que é de justiça prestar-lhe louvor pelo serviço público realizado. -----

ATA DA REUNIÃO DE 24.05.2017 (PÚBLICA)

--- Face ao exposto, proponho a atribuição da Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, ao Reverendo Padre David Mendes. " -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por escrutínio secreto, com seis votos a favor e duas abstenções, concordar com o teor da referida Proposta e, em consequência, atribuir a Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, ao Reverendo Padre David Mendes. -----

--- **PRESENÇA DE VEREADOR:** -----

--- Quando eram dez horas e vinte e cinco minutos entrou na sala onde decorria a reunião o Vereador Renato Alves dos Santos. -----

--- **MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL, GRAU OURO, À EMPRESA DESPOMAR: --**

--- Presente proposta exarada pelo Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor: -

--- " A Despomar é uma empresa portuguesa que trabalha predominantemente no mercado do surf e dos desportos de prancha. Inicialmente dedicada à distribuição da marca Billabong em Portugal, hoje em dia, divide a sua atuação em duas áreas de negócio: distribuição e retalho. -----

--- Na distribuição, o portfólio representado por esta empresa em Portugal estende-se à totalidade das marcas do grupo GSM Internacional. No início de 2014 passou a integrar a representação da VonZipper para toda a Europa. No retalho, é detentora da cadeia de lojas Ericeira Surf & Skate e também das lojas Billabong Store, Taken – Urban Culture Store e 58 Surf. -----

--- Fundada em 1987, a Despomar está sediada, desde 1991, na Ericeira. No ano de 1996, mesmo no centro da vila, procedeu à abertura da primeira Ericeira Surf Shop, a qual, desde 2012, alterou a designação da sua insígnia para Ericeira Surf & Skate. Em 2004, também na Ericeira, assinala-se a abertura da primeira loja Billabong, a 11.ª loja do grupo. -----

--- A operar em Portugal, a Despomar tem 34 lojas abertas ao público, caracterizadas por quatro conceitos diferentes, com o foco nos desportos de ação e moda urbana. Com cerca de 280 colaboradores distribuídos por todo o território nacional, é o maior empregador do sector em Portugal. Além disso, exporta para 25 países através de 22 distribuidores e comercializa diretamente em Portugal, França e Espanha. Atualmente, está presente em mais de 300 pontos de venda. -----

Am.

--- Considerando que: -----

--- a) A Despomar tem contribuído para levar, além-fronteiras, o nome da Ericeira e para consolidar o seu posicionamento enquanto destino de surfing, nomeadamente através da reconhecida marca Ericeira Surf Shop, hoje Ericeira Surf & Skate; -----

--- b) Ao mesmo tempo, a empresa tem vindo a assumir o patrocínio de alguns dos principais eventos e ações no segmento dos desportos de prancha em Portugal, assim contribuído para a sua dinamização; -----

--- c) Num território que é Reserva Mundial de Surf, homenagear a Despomar é destacar, publicamente, a relevância estratégica do mercado do surfing para a economia do Concelho. Mais do que isso, é prestar público reconhecimento a todos os empreendedores locais e aos seus trabalhadores que, nas mais diversas áreas de atividade associadas direta ou indiretamente aos desportos de deslize, têm sabido identificar oportunidades de negócios, ao serviço da promoção do emprego. -----

--- Face ao exposto, proponho a atribuição da Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, à empresa Despomar." -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por escrutínio secreto, com nove votos a favor, concordar com o teor da referida Proposta e, em consequência, atribuir a Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, à empresa Despomar. -----

--- **AUSÊNCIA DO PRESIDENTE:** -----

--- Ausentou-se da sala onde decorria a reunião o Presidente da Câmara, Hélder António Guerra de Sousa Silva, tendo assumido a presidência o Vice-Presidente, Joaquim Francisco da Silva Sardinha. -----

--- **MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL, GRAU OURO, A MANUEL MARTINS:** -----

--- Presente proposta exarada pelo Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor: -

--- "Nascido e criado no Milharado, Manuel Martins iniciou a sua atividade profissional no comércio de carnes. Há 20 anos, assumiu a ambição de expandir os seus negócios ao mercado retalhista. -----

--- Atualmente, é proprietário das lojas Intermarché de Mafra e da Malveira, integradas no Grupo "Os Mosqueteiros". Foi ainda promotor da loja da Ericeira, que é detida por familiares seus. -----

--- As lojas de Mafra e da Malveira integram supermercados, postos de combustíveis e lavagens auto, dispondo de cerca de 300 trabalhadores, na sua maioria do Concelho de Mafra. -----

--- Considerando que: -----

ATA DA REUNIÃO DE 24.05.2017 (PÚBLICA)

--- a) No exercício da sua atividade de gestão, Manuel Martins tem vindo a implementar uma política de responsabilidade social, cultivando a proximidade à comunidade através do apoio a diversas instituições locais, mas também a projetos municipais desenvolvidos na área social; -----

--- b) Esta relação de proximidade é também cultivada junto dos fornecedores locais, sendo que 80% dos produtos perecíveis vendidos nas lojas, nomeadamente produtos hortofrutícolas e carnes, são adquiridos no nosso Concelho; -----

--- c) A política de gestão adotada por Manuel Martins caracteriza-se, ainda, pela promoção e divulgação dos produtos endógenos do Concelho de Mafra; -----

--- d) No ranking nacional do grupo "Os Mosqueteiros", as lojas de Mafra e da Malveira encontram-se posicionadas em lugares cimeiros em termos de volume de negócios, o que traduz a sua competitividade e solidez económica; -----

--- e) Pretende a Câmara Municipal prestar público reconhecimento aos empreendedores locais e aos seus trabalhadores, que contribuem para dinamização do Concelho de Mafra. -----

--- Face ao exposto, proponho a atribuição da Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, a Manuel Martins." -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por escrutínio secreto, com seis votos a favor e duas abstenções, concordar com o teor da referida Proposta e, em consequência, atribuir a Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, a Manuel Martins. -----

--- MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL, GRAU OURO, À EMPRESA PLASOESTE: --

--- Presente proposta exarada pelo Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor: -

--- " A Plasoeste é uma empresa industrial que, utilizando como matéria-prima mais de 60% de material reciclado, se dedica ao fabrico de sacos e filmes de plástico, produtos com um consumo transversal a todos os sectores da economia, nomeadamente agricultura, indústria alimentar, restauração, hotelaria, higiene e limpeza, construção e comércio. -----

--- Iniciou a sua atividade há 31 anos pela mão de dois jovens empreendedores. Começou num pequeno armazém arrendado na localidade do Quintal, Concelho de Mafra, adquirindo as suas primeiras instalações na vila de Mafra passados 10 anos. ----



--- Em tempos mais recentes, foi implementado um plano de crescimento e expansão que contemplou a construção de uma nova unidade fabril na Malveira, assim como a aquisição de novos equipamentos produtivos, num valor superior a 15 milhões de euros. -----

--- O referido plano implica um aumento do número de recursos humanos, estando prevista a criação de mais de 30 postos de trabalho ainda em 2017, sendo que, até ao final de abril deste ano, já foram admitidos 10 novos colaboradores. Atualmente, a equipa é constituída por 62 pessoas. -----

--- Em 2016, a Plasoeste atingiu um volume de vendas no valor de 10 milhões de euros, pretendendo duplicar este montante nos próximos três anos. -----

--- Considerando que: -----

--- a) Tendo começado por ser um projeto familiar, a Plasoeste tem vindo a afirmar-se pela sua competitividade, apostando nas vertentes da inovação e da tecnologia de ponta, da automatização e da robotização dos processos, da produtividade e da eficiência energética, mas também da qualidade e da diversificação de produtos, consolidando a sua posição no mercado nacional e apostando, de forma crescente, no mercado externo; -----

--- b) A referida empresa encontra-se certificada pela norma de gestão da qualidade ISO 9001 desde 1999 e pela norma de recursos humanos NP4427 desde 2007, tendo sido a primeira empresa do Concelho de Mafra a obter tais certificações; -----

--- c) A par da sua política de qualidade, a Plasoeste assume-se como amiga do ambiente, tendo neste momento a capacidade de reciclar todos os desperdícios da sua produção e objetivando a certificação ambiental, segundo a norma ISO 14001, ainda no decorrer do presente ano; -----

--- d) Num Município que assumiu, como opção estratégica, a dinamização económica, visando a criação de emprego e a geração de riqueza, distinguir os bons exemplos locais, e assim também os empreendedores e trabalhadores, constitui uma forma de incentivar o dinamismo empresarial. -----

--- Face ao exposto, proponho a atribuição da Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, à empresa Plasoeste." -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por escrutínio secreto, com seis votos a favor e duas abstenções, concordar com o teor da referida Proposta e, em consequência, atribuir a Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, à empresa Plasoeste. -----

ATA DA REUNIÃO DE 24.05.2017 (PÚBLICA)

--- MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL, GRAU OURO, À EMPRESA CONFEITARIA CARLOS GONÇALVES: -----

--- Presente proposta exarada pelo Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor: -

--- "Com sede na aldeia do Barril, freguesia da Encarnação, a Confeitaria Carlos Gonçalves dedica-se, desde 1983, à produção e comercialização de bolachas e biscoitos. Do inicial fabrico de pastelaria fresca na casa de Carlos Gonçalves, aquela que continua a ser uma empresa familiar tem hoje mais de 10 mil m² de área coberta.-

--- A produção atual engloba uma vasta gama de pastelaria industrial, com cerca de 30 referências de categorias que garantem não só a genuinidade da tradição, mas também apresentam inovadores produtos de confeitaria já com reconhecida notoriedade no exigente mercado da linha gourmet. -----

--- Atualmente, os seus produtos estão presentes em toda a rede de grande distribuição nacional, com a sua marca ou sob a forma de marcas próprias dos clientes, assim como nas lojas francas dos aeroportos portugueses, com a linha gourmet. -----

--- Além disso, a Confeitaria Carlos Gonçalves tem vindo a consolidar a sua atividade exportadora, sendo que os seus produtos estão presentes em 10 países. -----

--- Considerando que: -----

--- a) A Confeitaria Carlos Gonçalves é um exemplo de valorização da tradição familiar, que é colocada ao serviço da criação de um negócio que é gerador de emprego local: hoje, esta confeitaria emprega cerca de 120 pessoas, maioritariamente oriundas do Concelho de Mafra; -----

--- b) Na sua produção, tem vindo a conciliar o receituário tradicional, com a criteriosa seleção de matérias-primas e a capacidade de inovação, diversificando sabores, o que muito tem contribuído para a atratividade dos seus produtos; -----

--- c) A Confeitaria Carlos Gonçalves, através dos seus produtos, tem levado o nome do Concelho de Mafra além-fronteiras, constituindo uma marca consolidada no mercado nacional e com grande potencialidade de expansão no mercado internacional.

--- Face ao exposto, proponho a atribuição da Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, à Confeitaria Carlos Gonçalves." -----



--- A Câmara Municipal deliberou, por escrutínio secreto, com cinco votos a favor, um voto contra e duas abstenções, concordar com o teor da referida Proposta e, em consequência, atribuir a Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, à empresa Confeitaria Carlos Gonçalves. -----

--- MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL, GRAU OURO, À EMPRESA CARLOS SIMÕES, LDA.: -----

--- Presente proposta exarada pelo Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor: -

--- " *As origens da empresa Carlos Simões Lda. remontam à década de 60 do século XX. Sob a iniciativa de Carlos Simões, dedicou-se inicialmente à atividade única de reparação, tendo evoluído, em junho de 1969, para agente da Citroën e passando a concessionário dois anos depois.* -----

--- *Em dezembro de 2001, tornou-se o primeiro concessionário independente da referida marca automóvel a conseguir a Certificação de Qualidade ISO 9001:2000, renovando-a durante mais 12 anos.* -----

--- *Em 2004 foram inauguradas novas e modernas instalações para dar melhor resposta aos clientes. Não obstante a profunda crise que afetou o sector durante os anos de 2012 e 2013, esta empresa assegurou a sua solidez com a dedicação dos seus colaboradores. Atualmente, dispõe de 24 trabalhadores, distribuídos pela atividade comercial, peças e reparação automóvel.* -----

--- *Em 2013 e 2016, foi distinguida com o prémio de qualidade "Citroën Awards", galardão máximo da marca que distingue o concessionário cuja qualidade de serviço e resultados comerciais se evidenciam em toda a rede, essencialmente a partir da apreciação dos clientes. A este prémio soma-se a atribuição da classificação de PME Líder em 2015 e 2016.* -----

--- Considerando que: -----

--- a) *A empresa Carlos Simões, Lda. constitui, pela sua longevidade, uma referência no âmbito do sector automóvel no Concelho de Mafra, sendo ainda objeto de reconhecimento externo através da atribuição de diversos galardões;* -----

--- b) *No exercício da sua atividade, tem revelado uma aposta permanente tanto na qualificação técnica dos seus colaboradores, como na modernização dos serviços prestados;* -----

--- c) *No âmbito da sua estratégia de promoção económica, pretende o Município de Mafra destacar as empresas que não só constituem referência na comunidade, mas também apresentam desempenhos superiores, tendo por base indicadores*

ATA DA REUNIÃO DE 24.05.2017 (PÚBLICA)

económico-financeiros; -----

--- d) A Câmara Municipal presta público reconhecimento aos empreendedores e aos trabalhadores que contribuem para o desenvolvimento económico do Concelho de Mafra. -----

--- Face ao exposto, proponho a atribuição da Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, à empresa Carlos Simões, Lda." -----

--- A Vereadora Aldevina Rodrigues pediu dispensa de intervir no procedimento nos termos do disposto no artigo 73.º do Código de Procedimento Administrativo, em virtude de ter familiares ligados à referida empresa. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por escrutínio secreto, com cinco votos a favor, um voto contra e uma abstenção, concordar com o teor da referida Proposta e, em consequência, atribuir a Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, à empresa Carlos Simões, Lda.. -----

--- MEDALHA DE HONRA DA VILA DE MAFRA, A JOÃO MANUEL NEVES VAZ: ----

--- Presente proposta exarada pelo Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor:--

--- " João Manuel Neves Vaz iniciou os seus estudos musicais no Instituto Gregoriano de Lisboa, prosseguindo-os na Escola Superior de Música de Lisboa, onde se diplomou em Órgão. Obteve, posteriormente, o Título de Professor Superior na especialidade de Órgão no Conservatório Superior de Música de Aragão, em Saragoça, Espanha. Completou, com Distinção e Louvor, o Doutoramento em Música e Musicologia na Universidade de Évora. É, também, licenciado em Arquitetura pela Universidade Técnica de Lisboa. -----

--- Presentemente, é Professor Adjunto da Escola Superior de Música de Lisboa, tendo anteriormente exercido funções docentes no Instituto Gregoriano de Lisboa, Universidade de Évora e Universidade Católica Portuguesa. -----

--- É, incontestavelmente, o organista português de maior projeção internacional, contando com centenas de atuações em todo o mundo, marcando presença como docente em cursos de aperfeiçoamento e participando em júris de concursos de interpretação. -----

--- Efetuou mais de uma dezena de gravações discográficas a solo, salientando-se as

Apur

efetuadas em órgãos históricos portugueses. Como executante e musicólogo tem dado especial atenção à música sacra portuguesa, fundando em 2006 o grupo *Capella Patriarchal*, responsável pela estreia moderna de muitas obras de compositores lusitanos. -----

--- No campo da musicologia produziu, sobretudo, textos sobre música de tecla portuguesa, publicados em livros e periódicos da especialidade, para além de diversas comunicações em conferências. -----

--- Fundou, em 1998, o Festival Internacional de Órgão de Lisboa, do qual foi diretor artístico durante os 12 anos da sua existência. É, atualmente, diretor artístico do Festival de Órgão da Madeira e das séries de concertos que se realizam no órgão histórico da Igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa, e nos seis órgãos da Basílica do Palácio Nacional de Mafra. Estas manifestações têm-se afirmado como os eventos organísticos portugueses de maior duração e projeção internacional. -----

--- Considerando que: -----

--- a) A ligação de João Vaz a Mafra acentuou-se a partir de 1998, não só pela sua posição de consultor permanente para o restauro dos seis órgãos da Basílica (o maior trabalho do género jamais realizado em Portugal), como também pela programação de recitais. Tem sido responsável pela direção artística da quase totalidade dos concertos realizados nestes instrumentos, salientando-se o recente concerto comemorativo do Dia da Europa, em 9 de maio de 2017, a primeira audição moderna de uma Missa de finais do século XVIII para três coros e seis órgãos, em 19 de novembro de 2016, ou o concerto inaugural do restauro, em 15 de maio de 2010; -----

--- b) Para este concerto, João Vaz escreveu a obra *Ave maris stella* para solistas, coro masculino e seis órgãos, tendo, ao longo dos últimos anos, escrito mais de 20 arranjos de obras para dois, três, quatro ou seis órgãos, os quais têm sido executados ao longo das séries regulares de concertos na Basílica. Tais eventos têm contribuído, indubitavelmente, não só para a qualificação da oferta musical do Concelho de Mafra, mas também para a divulgação deste conjunto instrumental único no mundo, que atrai todos os anos milhares de ouvintes; -----

--- c) O prestigiado organista tem vindo a desenvolver, com a Câmara Municipal, um trabalho de profícua cooperação na implementação da estratégia municipal "Mafra é Música", tanto enquanto impulsionador da adesão à ECHO – European Cities of Historical Organs como no exercício das funções de diretor artístico, para além do imprescindível apoio à organização do "Prémio Internacional de Composição Órgãos do

ATA DA REUNIÃO DE 24.05.2017 (PÚBLICA)

Palácio Nacional de Mafra" ou da disponibilidade manifestada para redigir os textos que integram o livro Órgãos Históricos de Mafra; -----

--- d) Metódico na programação musical, exigente na qualidade das interpretações, mas também generoso na partilha do conhecimento, João Vaz tem sabido prestigiar o nosso singular património organístico, pelo que é, inquestionavelmente, um verdadeiro amigo do Concelho de Mafra. -----

--- Face ao exposto, proponho a atribuição da Medalha de Honra da Vila de Mafra a João Manuel Neves Vaz." -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por escrutínio secreto, com seis votos a favor, um voto contra e uma abstenção, concordar com o teor da referida proposta e, em consequência, atribuir a Medalha de Honra da Vila de Mafra, a João Manuel Neves Vaz.

--- MEDALHA DE HONRA DA VILA DE MAFRA, A ANÍBAL RODRIGUES DA SILVA:-----

--- Presente proposta exarada pelo Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor:-

--- " Nascido em 1938 na aldeia das Casas Novas, freguesia e concelho de Mafra, Aníbal Rodrigues da Silva entrou para a Academia Militar em 1957, tendo optado pelo Curso de Infantaria para mais facilmente poder continuar a ficar ligado à sua terra. ----

--- Da sua extensa carreira militar, pontuada pela atribuição de condecorações, destaca-se o serviço prestado na Escola Prática de Infantaria. Como Comandante desta unidade militar foi agraciado, em 1990, com a Medalha de Mérito Municipal, grau ouro, na área da cooperação, atendendo ao seu contributo na promoção da desejada proximidade entre a instituição militar e a sociedade civil concelhia. Constitui exemplo desta proximidade a criação de uma cooperativa de habitação, que promoveu a construção de 70 moradias a preços controlados, contribuindo para a fixação de famílias de militares em Mafra. -----

--- Aníbal Rodrigues da Silva exerceu, também, as funções de docente e de empresário na área agropecuária, atividades profissionais que sempre conjugou com o serviço à comunidade: trabalhou apostolicamente no Centro de Preparação para o Matrimónio da Vigararia de Mafra e nos Cursos de Cristandade, foi Presidente da Liga dos Amigos de Mafra, fez parte da Direção da Tapada Nacional de Mafra e, desde 1997, integra os

Ma.

órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Mafra, tendo tomado posse como Provedor em 2009, cargo que desempenha até hoje. -----

--- Considerando que: -----

--- a) Aníbal Rodrigues da Silva é um exemplo dos filhos da terra que voluntariamente se disponibilizam para servir a comunidade, tantas vezes com prejuízo das suas vidas pessoal e familiar; -----

--- b) No exercício das funções de Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Mafra, assumiu como prioridades a modernização dos equipamentos, mas também a expansão das respostas sociais, contribuindo para o harmonioso desenvolvimento comunitário; -----

--- c) Na implementação desta estratégia efetiva de qualificação dos serviços prestados pela instituição, revelou especial capacidade de estabelecer e aprofundar contactos com as mais variadas entidades; -----

--- d) Para além destas qualidades diplomáticas, sempre manifestou, ao nível da gestão interna, permanente disponibilidade para dialogar e interagir com trabalhadores e utentes. -----

--- Face ao exposto, proponho a atribuição da Medalha de Honra da Vila de Mafra a Aníbal Rodrigues da Silva." -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por escrutínio secreto, com quatro votos a favor, três votos contra e uma abstenção, concordar com o teor da referida Proposta e, em consequência, atribuir a Medalha de Honra da Vila de Mafra, a Aníbal Rodrigues da Silva. -----

--- MEDALHA DE HONRA DA VILA DE MAFRA, A REPRISE DA ESCOLA DE MAFRA:-----

--- Presente proposta exarada pelo Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor:--

--- " Já na década de 40 do século XX, desde a formação do Esquadrão de Equitação em Mafra, era habitual a apresentação de um pequeno "carrossel" no encerramento dos cursos de equitação do Exército Português, que incluía exercícios de ensino e saltos de obstáculos. -----

--- Em 1949, com o regresso dos Capitães Fernando Paes e Reymão Nogueira, após frequência de um estágio na Escola Francesa em Fontainebleu e Saumur, e com o apoio do Capitão Saint André, oficial do Exército Francês, na altura colocado em Mafra para apoiar no desenvolvimento da doutrina equestre, nasce a Reprise da Escola de Mafra. -----

ATA DA REUNIÃO DE 24.05.2017 (PÚBLICA)



--- Em outubro desse ano, os oficiais mestres de equitação do então Depósito de Remonta – que, passado muito pouco tempo, se viria a designar como Escola Militar de Equitação – realizaram a sua primeira apresentação pública. Até 1961, muitas foram as apresentações da Reprise, normalmente associadas a visitas oficiais de chefes de estado e altas entidades ou a acontecimentos hípicas de grande envergadura. -----

--- Com o início da Guerra do Ultramar, em 1961, os cursos de equitação ministrados e Mafra são interrompidos e a Reprise deixa de ter "quórum" para se apresentar. -----

--- Volvidos 14 anos, em 1975, o Comandante do então designado Centro Militar de Educação Física, Equitação e Desportos, Coronel Jorge Mathias, acompanhado por um grupo de oficiais e sargentos com elevado dinamismo e expressa vontade de recuperar tão honroso legado, decidem dar novamente vida à Reprise, voltando a brilhar durante a Semana Equestre Militar desse ano. -----

--- A partir desta data, inúmeras apresentações tiveram lugar quer em Portugal, associadas aos mais variados eventos equestres que se realizam de norte a sul, quer no estrangeiro, consolidando a Escola de Mafra como a mais antiga "Escola Equestre" em Portugal, preponderante na conservação e disseminação do legado associado à formação e à prática da equitação. -----

--- Em 2004, foi distinguida com o "Prémio Escola", atribuído pela Federação Equestre Portuguesa, e com o "Prémio Carreira", pela revista "Equitação" durante a 27.ª edição da Feira Nacional do Cavalo na Golegã. -----

--- Só no último ano de 2016, a Reprise contou com cerca de uma dúzia de apresentações, dinâmica esta que se prolonga em 2017. -----

--- Considerando que: -----

--- a) A Reprise da Escola de Mafra tem honrado o nosso Concelho, não só fortalecendo a ligação histórica entre a comunidade local e o Exército Português, mas também divulgando o nome desta terra às escalas nacional e internacional; -----

--- b) Constituindo uma expressão global de uma doutrina posta em prática por aqueles que têm o honroso dever de a ensinar e difundir, fazer público elogio da Reprise é prestar reconhecimento às gerações de cavaleiros que, de Mafra para o mundo, têm executado com arte e mestria os diversificados exercícios da mais pura



equitação académica; -----

--- c) Distinguir a Reprise da Escola de Mafra é contribuir para a preservação e aperfeiçoamento da Escola Equestre Militar, enquanto património cultural nacional. ----

--- Face ao exposto, proponho a atribuição da Medalha de Honra da Vila de Mafra à Reprise da Escola de Mafra." -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por escrutínio secreto, com seis votos a favor e duas abstenções, concordar com o teor da referida Proposta e, em consequência, atribuir a Medalha de Honra da Vila de Mafra, a Reprise da escola de Mafra. -----

--- **MEDALHA DE HONRA DA VILA DE MAFRA, À CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA:** -----

--- Presente proposta exarada pelo Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor: -

--- " Com o objetivo de proporcionar aos agricultores o apoio creditício indispensável à sua atividade, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL, foi fundada em 4 de abril de 1957, curiosamente no mesmo ano da constituição da Comunidade Económica Europeia. -----

--- Desde 1985, exerce a sua atividade em instalações próprias, construídas de raiz, mas desde cedo revelou preocupação de descentralização, de modo a assegurar a prestação local e direta dos seus serviços bancários às populações. -----

--- Atualmente, dispõe de 36 trabalhadores que exercem funções em seis agências – Mafra, Azueira, Encarnação, Póvoa da Galega, Malveira e Ericeira – abrangendo todo o território do Concelho. Além disso, tem instaladas, nas várias freguesias, 24 máquinas A.T.M. (Multibanco) e, em estabelecimentos comerciais, mais de duas centenas de terminais de pagamento automático. -----

--- Num universo de cerca de 5.000 associados e 27.000 clientes, esta Caixa de Crédito assume como ambicioso lema ser motor de desenvolvimento do Concelho de Mafra, mantendo as suas raízes mutualistas. -----

--- Considerando que: -----

--- a) Para além de desenvolver uma postura de permanente proximidade com sócios e clientes, nomeadamente no atendimento personalizado, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra tem vindo a exercer, com prodigalidade, uma política de mecenato, apoiando de forma significativa a comunidade em que está inserida; -----

--- b) Atenta à realidade do Concelho, esta instituição prima por, permanentemente, dar resposta às solicitações formuladas pelas mais diversificadas entidades locais, com particular enfoque para as áreas dos idosos e da juventude, da cultura e do

ATA DA REUNIÃO DE 24.05.2017 (PÚBLICA)

património, mas também do ambiente e do associativismo; -----

--- c) Tais apoios assumem uma natureza tanto material como financeira, sendo que, nos últimos anos, esta Caixa de Crédito tem vindo a destinar, a esta ação social, 20% do seu resultado líquido anual; -----

--- d) Este espírito de cooperação institucional manifesta-se, também, na relação com a Câmara Municipal, colaborando na concretização de projetos municipais, designadamente, nas áreas do apoio social e, mais recentemente, da promoção da reabilitação urbana, no âmbito do programa "Mafra Requalifica"; -----

--- e) No contexto de turbulência do sistema financeiro, esta instituição cooperativa de âmbito regional tem vindo a garantir a sua solidez ao longo do tempo, com um rácio de solvabilidade de 30%, assumindo um papel estratégico para os associados e clientes locais, que não ficam dependentes de transações transnacionais, pelo que este valor acrescentado promove, diretamente, o crescimento económico do Concelho de Mafra. -----

--- Face ao exposto, proponho a atribuição da Medalha de Honra da Vila de Mafra à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, no ano em que se assinala o seu 60.º aniversário ao serviço do Concelho de Mafra." -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por escrutínio secreto, com cinco votos a favor, dois votos contra e uma abstenção, concordar com o teor da referida Proposta e, em consequência, atribuir a Medalha de Honra da Vila de Mafra, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra. -----

--- DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA: -----

-- O Vereador Eduardo Baptista pronunciou-se sobre o critério de atribuição de condecorações, considerando-o não muito correto, o que se traduz nas votações e pode gerar situações desagradáveis, inclusivamente para os medalhados. Na sua opinião, este processo deveria ocorrer com mais antecedência, de forma a que os candidatos a condecorações sejam conhecidos, assim como as suas biografias, e deveriam ser dados prazos razoáveis para apresentação de sugestões. Mais disse que, no seu entendimento, o secretismo à volta dos nomes não deve motivar um processo que considera não ser correto. Em relação às empresas, referiu que devem ser tidos



em conta critérios diferentes das condecorações a pessoas, sendo que, na opinião da CDU, as empresas devem ser distinguidas também em referência ao respeito pelos trabalhadores que formam a empresa e que são a componente essencial dessa organização, bem como da forma como são geridos os seus contratos de trabalho e defendidos os seus direitos. Concluindo, disse que às empresas deveria ser atribuído um outro galardão, por exemplo de mérito empresarial. -----

--- DA VEREADORA ANTONIETA LOURENÇO: -----

--- Interveio a Vereadora Antonieta Lourenço, transmitindo que, não colocando em causa o método que tem vindo a ser aplicado ao longo dos quatro anos de mandato, a qualidade do voto – seja a favor, contra ou abstenção – serve para veicular a opinião.

--- DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS: -----

--- O Vereador Sérgio Santos começou por referir que o que se passou hoje foi uma metodologia errada para a atribuição de condecorações municipais. Aditou que, na reunião preparatória, os partidos foram dando a opinião sobre os nomes que lhes eram apresentados, acrescentando que não foi impedido de o fazer, mas também não foi dito que poderiam propor mais nomes. Referiu que há dois anos teve o cuidado de apresentar um nome, considerado na altura válido e que poderia vir a ser nomeado este ano. Quanto aos nomes que foram votados, e se as votações não foram unânimes, então é porque, na sua opinião, as escolhas não são as melhores. Salientou que alguém que é homenageado no Dia do Município devê-lo-ia ser por feitos transversais a todos os partidos, o que não foi o caso. Mais declarou que não se calará a nenhuma vontade. Se a metodologia não mudar para o próximo mandato, e se cá estiver, o problema será ainda mais grave. -----

--- DO VICE-PRESIDENTE: -----

--- O Vice-Presidente começou por referir que não comentará as intervenções dos Vereadores. Declarou que não esteve presente na reunião preparatória, mas que, pelo que tem conhecimento, estes nomes foram resultado de consenso. Na sua opinião, tal reunião preparatória é uma prática que deve ser considerada. Seguramente se verificará que é extemporâneo vir na véspera do Dia do Município avançar com nomes, quando o que se verificou foi um esquecimento por parte do Vereador. -----

--- ATENDIMENTO AO PÚBLICO: -----

--- Quando eram onze horas e quarenta minutos, procedeu-se ao atendimento do público, tendo-se verificado as presenças dos munícipes José Augusto Martins e Deolinda de Jesus Martins, moradores no Largo de S. Pedro, Casa Sagrada Família, no

ATA DA REUNIÃO DE 24.05.2017 (PÚBLICA)

Seixal, freguesia da Ericeira. -----
--- No uso da palavra, os munícipes informaram que a drenagem das águas pluviais, localizada no Largo de S. Pedro, no Seixal, está a prejudicar a sua habitação, provocando infiltrações, humidades e fungos. Solicitaram, ainda, a colocação de uma passadeira junto ao nicho existente na estrada nacional 116, no Seixal, Ericeira, em virtude de facilitar a passagem de pessoas de idade para o café que existe na proximidade. -----

--- Relativamente ao pedido de colocação da passadeira, o Vice-Presidente informou que, de acordo com a informação dos serviços técnicos, o local proposto corresponde a uma lomba, condicionando a visibilidade, pelo que se tornará numa armadilha tanto para os peões como para os automobilistas. Quanto à questão da drenagem das águas pluviais, disse que se providenciará a deslocação de técnicos ao local, a fim de averiguarem o que se passa. -----

--- Terminado este assunto e não havendo mais público para intervir, retomou-se a reunião para dar seguimento aos pontos da ordem do dia. -----

--- 1.3. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO SERVICE DRIVE DO MC DONALD'S EM MAFRA: -----

--- Presente em anexo, a Informação Interno/2017/7574, elaborada em 19 de maio de 2017, na Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão e Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, datado de 19/05/2017 (anexo IV). -

--- A Vereadora Antonieta Lourenço comentou que a DECO e a Junta de Freguesia de Mafra não se pronunciaram, pelo que se pressupõe que nada têm a declarar. -----

--- O Vereador Eduardo Baptista pronunciou-se, referindo que votará a favor do alargamento do horário de funcionamento desde que se imponham as recomendações da Guarda Nacional Republicana. -----

--- O Vereador Sérgio Santos declarou que o seu sentido de voto é a abstenção. Referiu, ainda, que este pedido lhe levanta algumas questões, nomeadamente sobre a necessidade deste estabelecimento estar aberto até às 04h00 e porque razão quer operar até esta hora. Disse que, não dispondo desta informação, não pode votar em

total consciência. -----

--- Considerando a informação supra referida e documentos anexos ao respetivo processo, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, da Vereadora Antonieta Lourenço do PS, do Vereador Eduardo Baptista da CDU e do Senhor Vice-Presidente e as abstenções dos Vereadores Sérgio Santos e Renato Santos do PS, atento o n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra, deferir o alargamento do horário de funcionamento do serviço Drive do estabelecimento Mc Donald's, sito em Mafra, até às 04:00 horas, até 30 de setembro de 2017, com os condicionamentos fixados no parecer da GNR. ---

--- 1.4. ALARGAMENTO DO HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS DA ERICEIRA, FOZ DO LIZANDRO, RIBEIRA D'ILHAS E S. LOURENÇO, ATÉ ÀS 3:00H NO PERÍODO DE 1 DE JUNHO A 17 DE SETEMBRO DE 2017: -----

--- Presente em anexo, a Informação Interno/2017/7568, elaborada em 19 de maio de 2017, na Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, datados de 19/05/2017 (anexo V).--

--- A Vereadora Antonieta Lourenço alertou que, apesar de teoricamente as esplanadas serem desativadas às 02h00, tal facto não impede que as pessoas fiquem na rua a fazer barulho, pelo que é necessário zelar pelo bem-estar dos residentes. -----

--- O Vereador Sérgio Santos salientou que se deve ter em conta o impacto que estas medidas trazem para a população, pois muitas das vezes o respeito pelas mesmas não é acautelado. Atendendo a que a questão do ruído é pertinente, sugeriu um estudo e um levantamento exaustivo do seu impacto. -----

--- O Vice-Presidente recordou que o alargamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas em apreço é destinado especificamente à orla costeira, sendo que, nesta zona turística, todos estarão nas mesmas condições. --

--- Considerando a informação supra referida, que se encontra em anexo, e após receção dos pareceres solicitados às entidades externas e internamente ao Serviço de Polícia Municipal, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, dos Vereadores Renato Santos e Antonieta Lourenço do PS e do Senhor Vice-Presidente; o voto contra do Vereador da CDU e a abstenção do Vereador Sérgio Santos do PS, alargar os horários de funcionamento dos

ATA DA REUNIÃO DE 24.05.2017 (PÚBLICA)

estabelecimentos de restauração e bebidas da Ericeira, Foz do Lizandro, Ribeira d'Ilhas e S. Lourenço, até as 3:00 horas, no período de 1 junho a 17 de setembro de 2017, em conformidade com o n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Mafra, ocupando de forma legal a via pública com a instalação de esplanadas abertas, com a adoção, pelos estabelecimentos, das seguintes medidas: a) Que o som oriundo dos aparelhos emissores ou amplificadores, por onde é propagada a música, seja obrigatoriamente reduzido à 01:00 horas, podendo apenas ser audível como som ambiente; b) Que a partir das 02:00 horas, a esplanada aberta seja obrigatoriamente desativada, ficando a sua utilização proibida/interdita, como medida de mitigação, com o objetivo de potenciar uma convivência pacífica entre os agentes económicos, os utentes e os habitantes; c) Que sejam adotadas diligências, no sentido de impedir que os clientes produzam ruído incomodativo, tanto dentro como fora do estabelecimento, suscetível de perturbar o sossego e o descanso dos habitantes; d) Caso as recomendações e medidas adotadas pelos estabelecimentos não se revelem suficientes para fazer cessar o ruído incomodativo, deverão os agentes económicos solicitar a presença das forças policiais, para que os transtornos causados na tranquilidade pública sejam neutralizados. -----

--- 1.5. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO PARA OS ESTABELECIMENTOS ENQUADRADOS NA PRAIA DA FOZ DO LIZANDRO PARA O "DIA DA ESPIGA" - FERIADO MUNICIPAL - 25 DE MAIO DE 2017: -----

--- Presente em anexo, a Informação Interno/2017/7589, elaborada em 19 de maio de 2017, na Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão e Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, datados de 19/05/2017 (anexo VI).-

--- Considerando a informação supra referida, que se encontra em anexo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atento o n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra, deferir o alargamento dos horários de funcionamento para os estabelecimentos enquadrados na praia da Foz do Lizandro até



às 09:00 horas do dia 25 de maio. O Vereador Eduardo Baptista apresentou a seguinte declaração de voto verbal: *"Votei a favor porque é só um dia."* -----

--- 1.6. APROVAÇÃO DAS MINUTAS DOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO: -----

--- 1.6.1. APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DO EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO MONTANTE DE € 7.116.224,00, JUNTO DO BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.: -----

--- Presente a Informação/Interno/7563, elaborada na Divisão de Gestão Financeira e Património, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças, datada de 19 de maio de 2017, devidamente instruída com a minuta do Contrato de Abertura de Crédito n.º 0032.0049, a celebrar entre o Município de Mafra e o Banco Santander Totta, S.A. (anexo VII). -----

--- A Câmara Municipal, na sequência da deliberação do Órgão Deliberativo datada de 18 de maio de 2017, e considerando a fundamentação constante na informação em apreço, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 19.º da Resolução n.º 14/2011, de 16 de agosto, do Tribunal de Contas, deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, do PS e do Senhor Vice-Presidente, a abstenção do Vereador da CDU, aprovar as cláusulas contratuais apresentadas pelo Banco Santander Totta, S.A, que se anexam. O Vereador Eduardo Baptista apresentou a seguinte declaração de voto: *"A abstenção da CDU tem a ver com o nosso critério relativamente a este tipo de assuntos que foi referido na Assembleia Municipal e que no ponto a seguir também irei mais concretamente concretizar."* -----

--- 1.6.2. EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO MONTANTE DE € 15.000.000,00, JUNTO DO BANCO BPI, S.A.: -----

--- Presente a Informação/Interno/7563, elaborada na Divisão de Gestão Financeira e Património, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças, datada de 19 de maio de 2017, devidamente instruída com a minuta do Contrato de Crédito a Médio/ Longo Prazo (abertura de crédito), a celebrar entre o Município de Mafra e o Banco BPI, S.A. (anexo VIII). -----

--- Na sequência da aprovação da contratação do empréstimo de médio e longo prazo pelo Órgão Deliberativo, datada de 18 de maio de 2017, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, do PS e do Senhor Vice-Presidente, a abstenção do Vereador da CDU, aprovar, conforme informação em

ATA DA REUNIÃO DE 24.05.2017 (PÚBLICA)

apreço, as cláusulas contratuais apresentadas pelo Banco BPI, S.A, que se anexam, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 19.º da Resolução n.º 14/2011, de 16 de agosto, do Tribunal de Contas. O Vereador Eduardo Baptista apresentou a seguinte declaração de voto: *"A abstenção da CDU tem a ver com o nosso critério relativamente a este tipo de assuntos que foi referido na Assembleia Municipal e que no ponto a seguir também irei mais concretamente concretizar."* -----

--- 1.7. RESGATE E DECLARAÇÃO DE NULIDADE DOS SEGUNDO E TERCEIRO ADITAMENTOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DO CONCELHO DE MAFRA - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO: -----

--- Presente em anexo, a Informação Interno/2017/7589, elaborada em 19 de maio de 2017, na Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão e Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, datados de 19/05/2017 (anexo IX).-

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, do PS e do Vice-Presidente, a abstenção do Vereador da CDU, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o despacho do Sr. Presidente que determinou o envio à Assembleia Municipal para que aquele Órgão deliberasse sobre a autorização da realização de despesas de investimento superior a 10% da despesa de investimento prevista no orçamento de exercício, de assunção de encargos plurianuais e da revisão dos documentos previsionais. O Vereador Eduardo Baptista apresentou uma declaração de voto, nos termos do documento apresentado, que junto se anexa e que faz parte integrante da presente ata (anexo X). -----

--- 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: -----

--- 2.1. VALORES PARA A ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018 E ÉPOCA BALNEAR 2017: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/7411, elaborada em 17 de maio



de 2017, na Divisão de Turismo, Cultura e Desporto, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, datado de 18 de maio corrente, bem como o despacho de concordância da Vereadora Célia Batalha Fernandes, exarado na mesma data, devidamente instruída com a documentação a que a mesma se refere (anexo XI). -----

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a proposta de preços para a Época Desportiva 2017/2018 e Época Balnear 2017, anexa à mencionada Informação. -----

--- 2.2. GERAÇÃO ON 2017 - PROPOSTA DE CALENDARIZAÇÃO E RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2017/6748, elaborada em 17 de maio de 2017, na Divisão de Educação e Juventude, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Educação e Juventude e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, datados, respetivamente, de 18 de maio corrente, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, exarado na mesma data (anexo XII). -----

--- No uso da palavra, a Vereadora Antonieta Lourenço solicitou alguns esclarecimentos, nomeadamente sobre a colocação e número de jovens previstos nos vários espaços municipais e se o número do ano passado foi suficiente. -----

--- A Vereadora Aldevina Rodrigues explicou que os serviços municipais estão preparados para receber os jovens, os quais são encaminhados para os lugares disponíveis, sendo essa informação fornecida aquando das candidaturas. -----

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a calendarização do projeto destinado aos jovens dos 16 aos 25 anos, de 3 de julho a 10 de setembro de 2017, bem como o valor da respetiva retribuição financeira, por hora, de € 2,00 (dois euros). -----

--- III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA: -----

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de

ATA DA REUNIÃO DE 24.05.2017 (PÚBLICA)

deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

--- Por último, o Vice-Presidente recordou que, pelas 14h30, de hoje, terá lugar uma reunião relativa ao processo de modernização da Linha do Oeste, com a presença de todos os Vereadores de todas as forças políticas (PPD/PSD, PS e CDU), assim como da União das Freguesias da Igreja Nova e Cheleiros, União de Freguesias de Malveira e Alcaínga e União de Freguesia da Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés. -----

--- **ENCERRAMENTO:** -----

--- Quando eram doze horas e trinta minutos, o Vice-Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Diretora de Departamento, redigi e subscrevo. -----

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE**
COMPETÊNCIA DELEGADA

Considerando as competências que me foram delegadas pela deliberação camarária de 2013/10/18, anexo a relação respeitante aos despachos por mim proferidos no período 4 a 17 de maio de 2017.

Mafra, 18 de maio de 2017.

O Presidente da Câmara,



(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	268/2009	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2017/04/26	2017/05/15	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ALCINO FERREIRA CARIOCA	ALTERAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA DA FONTE, N.º 16-VALBOM
OP	126/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/04/17	2017/05/09	C DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	BEXIGA & SILVA, LDA	AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO DO EXISTENTE PARA ESTABELECIMENTO DE COMÉRCIO/SERVIÇOS E ARMAZÉM RUA ALTO DA CAMACHA, N.º 2-ERICEIRA
OP	322/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/04/07	2017/05/10	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	HUMBERTO REINALDO DA SILVA PEREIRA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E GARAGEM RUA DE SÃO BENTO-CHELEIROS
OP	317/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/04/11	2017/05/09	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	IRMÃOS CLEMENTES-CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR RUA DO ARREBALDE, N.º 15 E 16-ERICEIRA
OP	275/2016	ALTERAÇÕES	2017/04/19	2017/05/15	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	LAURA MARIA MARTINS COELHO PRIMO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E PISCINA MATO DA CRUZ - ERICEIRA
OP	334/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/04/20	2017/05/15	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	SARA DE HAAN	PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO USO DE GARAGEM PARA HABITAÇÃO E DE FACHADA RUA DA PROCISSÃO, N.º 9-ERICEIRA
OP	275/2011	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2017/04/26	2017/05/10	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	TIAGO DA SILVA DELFIM DE MATOS	CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE HOSPEDAGEM - ALOJAMENTO LOCAL CAMINHO DOS RAPOSEIROS-MARVÃO
OP	50/2010	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2017/05/02	2017/05/09	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	URBIPAQUETE-CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR COM GARAGENS E MURO DE VEDAÇÃO RUA DAS LOMBAS, N.º 23-ERICEIRA
OP	158/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/04/17	2017/05/10	C DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	VERA LÚCIA LEITÃO PINTO	ALTERAÇÃO, AMPLIAÇÃO COM ALTERAÇÃO À UTILIZAÇÃO DE ARMAZÉM PARA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA 1.º DE MAIO-SOBREIRO

1

Declaração da CDU em véspera de Dia da Espiga – Dia do Município de Mafra

Dia da Espiga celebra o acordar da natureza após o longo adormecimento do inverno.

Dia da Espiga canta o desabrochar da vida em maio com as flores das giestas as maias que perfumam os outeiros no despontar da primavera.

Dia da Espiga, ritual pagão, nos tempo da terra-mãe, um momento mágico e determinante da visão cósmica da existência, uma sinfonia de vida, de fecundidade, mais tarde ligada a Ascensão de Jesus ao céu.

Dia da Espiga, dia de esperança simbolizada no ramo colhido nos campos, dia da perspectiva de boas colheitas e de dias mais felizes com a chegada da Primavera.

Dia da Espiga, festa da Deusa Flora, da ressurreição de Jesus e da natureza, foi um dia que antes de 1952 era feriado e que muitos municípios, como Mafra, recuperaram para celebrar a esperança de prosperidade e alegria para as populações.

Esta mistura de crenças, antigas e modernas, que levam as aldeias, as vilas e os concelhos a estas tradições, não devem desaparecer pois representam muito do nosso património cultural e são um símbolo da vitória da esperança, de pão, amor e paz, de uma vida melhor, que temos o dever de fazer cumprir. É também um dia em que, celebrando a natureza se apela para a defesa dos campos, da terra e do nosso património ecológico, tantas vezes esquecido pelos cidadãos e pela fúria da especulação imobiliária que tudo arrasa sem respeito pela sustentabilidade e pela vida no planeta.

Pela importância que nos deve merecer a cultura e a educação para a defesa da vida, a CDU sauda este Dia do Município de Mafra, Dia da Espiga e, no sentido de contribuir para que ele possa ser amplamente participado, motivar a intervenção de todos e em especial das crianças e jovens, damos as seguintes sugestões:

Sugerimos que no futuro, nestas celebrações, neste Dia do Município, se inclua uma visita aos campos onde nascem as espigas que dão origem ao famoso pão de Mafra, se vejam as flores e se apanhem as mais belas que irão juntar-se às espigas de trigo, centeio, de aveia ou cevada e aos pequenos ramos de oliveira e alecrim para formar o tradicional ramo.

Sugerimos que a Câmara dê atenção especial às iniciativas das crianças e professores das escolas premiando ramos de espigas, desenhos, e outras iniciativas que levem a olhar os campos de outra forma, como o precioso bem que nos trás a harmonia, o pão e a paz. Que sejam premiados os trajes de festa, os espetáculos de cores que lembram a primavera e outras formas de ver a natureza, para que mesmo os que vivem o dia da espiga nas cidades, no asfalto e no betão imaginem como outrora se vivia e aproveitem o progresso no sentido sempre ambicionado de uma vida melhor.

Que o Dia da Espiga, hoje, num mundo de guerras e tantos outros perigos para a humanidade e para o planeta, seja sempre mais uma oportunidade centrada a pensar nas pessoas, na sua esperança de harmonia e paz e numa vida melhor a que têm direito.

Mafra, 24 de Maio de 2017

O vereador da CDU

Eduardo Baptista

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER**

Concordo. Proponho que o presente assunto seja rementido para conhecimento do Órgão Executivo

2017 / 05 / 19


O Vereador


(Hugo Moreira Luís)

Concordo com o teor da informação. À consideração superior.

19 / 5 / 2017

A Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças.


(Ana Viana)

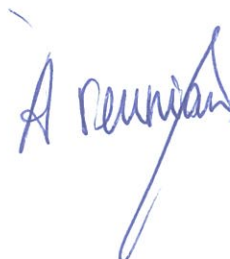
Concordo. Propõe-se que o assunto seja submetido ao Órgão Executivo.

19 / 05 / 2017

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património.


(Dulce Lourenço)

DESPACHO



19.05.18
...../...../.....

O Presidente da Câmara Municipal,


(Helder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/7557

ASSUNTO: Prestação de Serviços: Comunicação de celebração ou renovação de Contratos.

Nos termos conjugados dos n.ºs 4 e 12 do artigo 49 da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (LOE), dever-se-á proceder obrigatoriamente à comunicação, da celebração ou renovação dos contratos de Prestação de Serviços, ao Órgão Executivo.

Nestes termos, comunicam-se os contratos celebrados ou renovados no período de 17 de abril até à data da presente informação.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

N.º	Data	Designação	Valor	Cocontratante
65/2017	2/5	Prestação de Serviços de Auditoria Externa das Contas do Município para o Triénio 2017-2019	65.780,40€	RSM & ASSOCIADOS, SROC, LDA
71/2017	10/5	Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes/Logradouros dos Estabelecimentos de Ensino, Instalações Desportivas do Município de Mafra	59.630,40€	VITORJRALVES, UNIPESSOAL, LDA

À consideração Superior.

Mafra, 18 de maio de 2017

A Coordenadora Técnica,

(Paula Matos)



1.3.

20

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER**

...../...../.....

O Vereador,

Concordo com a presente
reforma.

19.5.2017

A Diretora de Departamento, *António*.Concordo com a Informação
submetida à consideração

19.05.2017

A Chefe de Divisão

*António***DESPACHO***A reunião.*

19.05.2017

O Presidente da Câmara,

Hélder Sousa Silva
(Hélder Sousa Silva)**INFORMAÇÃO Interno/2017/7574**

ASSUNTO: ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO "DRIVE" DA MC DONALD'S EM MAFRA, PARA AS 04:00 HORAS

Relativamente ao assunto em epígrafe, informo o seguinte:

Em 04-05-2017, a entidade exploradora do estabelecimento "MC DONALD'S" sito em Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 14, na freguesia da Mafra, solicitou, através do requerimento Entrada/2017/11886, alargamento do horário de funcionamento para abertura às 08:00 horas e encerramento às 04:00 horas com o seguinte fundamento: "*Há semelhança dos anos anteriores gostaríamos de alargar o horário de funcionamento do Drive às sextas e sábados até às 04H00.*".

De salientar que no ano transato foi deliberado o alargamento do horário de funcionamento do serviço Drive do estabelecimento MC Donald's, até às 04:00 horas, no período compreendido entre 1 de maio e 30 de setembro de 2016.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

O artigo 3.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra estabelece que aos estabelecimentos situados em edifícios habitacionais ou a menos de 50 metros de edifícios de uso habitacional, é aplicável o horário de funcionamento compreendido entre as 6 horas e a 1 hora do dia seguinte de domingo a quinta-feira, e entre as 6 horas e as 2 horas do dia seguinte à sexta-feira, sábado e véspera de feriado, em todas as épocas do ano.

De acordo com o n.º 1 do artigo 9.º do mesmo Regulamento a Câmara Municipal pode, em circunstâncias específicas, nomeadamente ocasiões festivas, alargar temporária e excecionalmente, o horário de funcionamento dos estabelecimentos previstos nos artigos 3.º e 4.º do presente Regulamento, ouvidos os sindicatos, as forças de segurança territorialmente competentes, as associações de empregadores, as associações de consumidores e a junta de freguesia onde o estabelecimento se situe. Prevê o n.º 2 do mesmo artigo que a prática do horário alargado depende de requerimento do interessado, apresentado nos termos estabelecidos no Código do Procedimento Administrativo, através de formulário próprio, disponibilizado pelos Serviços, do qual deve constar o período de funcionamento pretendido e os fundamentos dessa pretensão. O n.º 3 do referido artigo refere que o alargamento excecional do horário de funcionamento dos estabelecimentos está sujeito ao pagamento de taxa, cujo valor é fixado na Tabela de Taxas do Município de Mafra, em vigor.

O artigo 10.º do citado Regulamento indica que o alargamento excecional do horário de funcionamento dos estabelecimentos, previsto no artigo anterior, dependerá da observância dos seguintes requisitos:

- a) Considerar-se tal medida justificada face aos interesses dos consumidores, nomeadamente quando a mesma venha a suprir carências no abastecimento de bens ou de prestação de serviços, contribua para a animação e revitalização do espaço urbano ou contrarie tendências de desertificação da área em questão;
- b) Situem-se os estabelecimentos em locais onde os interesses de determinadas atividades profissionais o justifiquem, designadamente zonas com forte atracção turística ou zonas de espetáculos e/ ou animação cultural;
- c) Sejam rigorosamente respeitados, quer a proteção da segurança dos cidadãos, nomeadamente na via pública, quer os níveis de ruído impostos pela legislação em vigor, tendo em vista a salvaguarda do direito dos residentes à tranquilidade e ao repouso;



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

- d) Sejam respeitadas as características socioculturais e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.

Neste sentido, foram consultadas as seguintes entidades para emissão de parecer no prazo de 8 dias úteis: **DECO** – Associação Portuguesa para Defesa do Consumidor, **Destacamento Territorial da G.N.R. de Mafra**, **ACISM** – Associação do Comércio, Indústria e Serviços do Concelho de Mafra, **STIHRSS** – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, **Junta de Freguesia de Mafra** e a **Polícia Municipal**, tendo sido rececionados os seguintes pareceres:

- ✓ **STIHRSS** – Apresenta parecer favorável;
- ✓ **ACISM** – Apresenta parecer favorável;
- ✓ **SPM (Serviço de Polícia Municipal)** – Apresenta parecer favorável *“quanto à pretensão do responsável do estabelecimento designado “MC Donald’s”, por não existir conhecimento por parte desta Polícia de queixas e antecedentes processuais relativos a incomodidade, bem como julgar que não é suscetível de colocar em causa a tranquilidade e repouso dos residentes, existindo uma distância razoável entre o estabelecimento e a zona residencial.”*

Face ao exposto, submete-se à Consideração Superior, a decisão do alargamento de horário de funcionamento em apreço, em reunião do executivo camarário.

Área de Licenciamentos Diversos, 19 de Maio de 2017

A Assistente Técnica



Sónia Jorge



S. R.
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
COMANDO TERRITORIAL DE LISBOA
DESTACAMENTO TERRITORIAL DE MAFRA

22
10/10/17

C/C ao Exmo. Sr.

Comandante do Posto Territorial

Exmo. (a) Senhor(a):

Câmara Municipal de Mafra
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
Licenciamentos Diversos

Sua Referência

Sua Comunicação

Nossa Referência
Nº 499/17/SEC

2640-531 MAFRA
23.05.2017

ASSUNTO: ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DRIVE DO ESTABELECIMENTO "MC DONALDS"

Entidade solicitante – Câmara Municipal de Mafra
Estabelecimentos: MC Donalds- serviço "Drive"
Localização: Vila de Mafra

Satisfazendo o solicitado, cumpre a esta Força de Segurança apresentar o Parecer para efeitos do alargamento do horário de funcionamento até às 04h00, do serviço "drive" do estabelecimento "MC Donalds":

Tendo em conta o tipo de estabelecimento, do serviço para o qual pretende o alargamento de horário, do local onde está inserido e o que vem sendo reportado a este Comando, nomeadamente ao nível do ruído, não existe inconveniente para o alargamento do horário de funcionamento, no entanto têm existido algumas reclamações por parte de residentes nas proximidades sobre as condições de limpeza e higiene na Praceta do Parque Desportivo, espaço circundante, resultantes do lixo produzido por clientes do estabelecimento em apreço.

Assim, o Parecer deste Comando relativamente ao alargamento do horário de funcionamento do serviço "drive" é favorável desde que sejam acautelados o cumprimento dos seguintes pontos:

1. Cumprimento dos horários estipulados;
2. Controlo do ruído para o exterior com instalações adaptadas para o efeito;
3. Manutenção de um sistema de recomendações aos clientes do serviço relativo à manutenção de limpeza e higiene na via pública, com advertência das penalizações.

Solicita-se que seja dado conhecimento a este Comando das condições da autorização, se esta for emitida.

Com os melhores cumprimentos,

O Comandante do Destacamento
Emanuel Francisco Esperto Massa

Capitão



14.

23

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER****DESPACHO**

...../...../.....

O Vereador,

*concordo com a proposta
reformular**19.05.2017*A Diretora de Departamento, *Silva**Concordo com a informação
submetida à Consideração Superior.**19.05.2017*

A Chefe de Divisão

*[Signature]**A reunião**19.05.17*

O Presidente da Câmara,

[Signature]

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/7568

ASSUNTO: ALARGAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS NA ERICEIRA, FOZ DO LIZANDRO, RIBEIRA D'ILHAS E S. LOURENÇO, ATÉ ÀS 03:00 H NO PERÍODO DE 1 DE JUNHO A 17 DE SETEMBRO DE 2017

De acordo com o n.º 1 do artigo 9.º do mesmo Regulamento a Câmara Municipal pode, em circunstâncias específicas, nomeadamente ocasiões festivas, alargar temporária e excecionalmente, o horário de funcionamento dos estabelecimentos previstos nos artigos 3.º e 4.º do presente Regulamento, ouvidos os sindicatos, as forças de segurança territorialmente competentes, as associações de empregadores, as associações de consumidores e a junta de freguesia onde o estabelecimento se situe. Prevê o n.º 2 do mesmo artigo que a prática do horário alargado depende de requerimento do interessado, apresentado nos termos estabelecidos no Código do Procedimento Administrativo, através de formulário próprio, disponibilizado pelos Serviços, do qual deve constar o período de funcionamento pretendido e os fundamentos dessa pretensão. O n.º 3 do referido artigo refere que o alargamento excecional do horário de funcionamento dos estabelecimentos está sujeito ao pagamento de taxa, cujo valor é fixado na Tabela de Taxas do Município de Mafra, em vigor.

[Signature]
anexos 1



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

O artigo 10.º do citado Regulamento indica que o alargamento excecional do horário de funcionamento dos estabelecimentos, previsto no artigo anterior, dependerá da observância dos seguintes requisitos:

- a) Considerar-se tal medida justificada face aos interesses dos consumidores, nomeadamente quando a mesma venha a suprir carências no abastecimento de bens ou de prestação de serviços, contribua para a animação e revitalização do espaço urbano ou contrarie tendências de desertificação da área em questão;
- b) Situaem-se os estabelecimentos em locais onde os interesses de determinadas atividades profissionais o justifiquem, designadamente zonas com forte atracção turística ou zonas de espetáculos e/ ou animação cultural;
- c) Sejam rigorosamente respeitados, quer a proteção da segurança dos cidadãos, nomeadamente na via pública, quer os níveis de ruído impostos pela legislação em vigor, tendo em vista a salvaguarda do direito dos residentes à tranquilidade e ao repouso;
- d) Sejam respeitadas as características socioculturais e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.

Neste sentido, foram consultadas as seguintes entidades para emissão de parecer no prazo de 5 dias úteis: **DECO** – Associação Portuguesa para Defesa do Consumidor, **Destacamento Territorial da G.N.R. de Mafra**, **ACISM** – Associação do Comércio, Indústria e Serviços do Concelho de Mafra, **STIHTRSS** – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, **Unões e Juntas de Freguesia do Concelho** e ao **Serviço de Polícia Municipal**, tendo sido rececionados os seguintes pareceres:

- ✓ **ACISM** – Apresenta parecer favorável;
- ✓ **Freguesia da Ericeira** – Informa que não vê inconveniente;
- ✓ **Freguesia da Carvoeira** – Informa que concorda com o solicitado;
- ✓ **Freguesia da Encarnação** – Não vê qualquer inconveniente na referida proposta;
- ✓ **Freguesia Milharado** – Informa que nada tem a opor sobre o encerramento dos estabelecimentos referidos no mesmo;

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património**

- ✓ **G.N.R.** – *"Satisfazendo o solicitado, cumpre a esta Força de Segurança apresentar o seguinte Parecer para efeitos do alargamento do horário de encerramento dos estabelecimentos de restauração e bebidas da Ericeira, Foz do Lizandro e Ribeira D'Iilhas:*
- 1 – Os estabelecimentos de restauração e bebidas produzem ruído, tanto no interior através das instalações sonoras e dos clientes, como no exterior onde é frequente o aglomerado de pessoas junto dos mesmos, sendo que muitas dessas pessoas nem são clientes destes estabelecimentos;*
 - 2 – O ruído elencado no ponto anterior perturba a ordem e tranquilidade públicas, sendo alvo de inúmeras reclamações por parte dos moradores;*
 - 3 – Os ajuntamentos conciliados com outros fenómenos associados à ingestão de bebidas alcoólicas perturbam a ordem e tranquilidade públicas, agravando-se à medida do avanço das horas;*
 - 4 – Estes factos originam um número anormal de solicitações a esta Guarda, o que produz consequências nefastas no patrulhamento diário e inerente sentimento de insegurança das populações;*
 - 5 – O prolongamento excessivo do horário dos estabelecimentos de restauração e bebidas não resulta directamente num claro benefício para os proprietários, na medida em que o consumo existente torna-se proporcionalmente inferior com o passar das horas e ainda é legalmente proibida a venda de bebidas alcoólicas a quem se manifeste notoriamente embriagado.*
 - 6 – Pelos factos elencados, é Parecer deste Comando que o horário de encerramento dos estabelecimentos de restauração e bebidos situados na Ericeira, Foz do Lizandro e Ribeira D'Iilhas não deve exceder as 02h00 da madrugada do dia seguinte."*
- ✓ **SPM (Serviço de Polícia Municipal)** – *"Informa que não existem impedimentos quanto ao solicitado."*

Face ao exposto, submete-se à Consideração Superior, a decisão do alargamento de horário de funcionamento em apreço, em reunião do executivo camarário.

Área de Licenciamentos Diversos, 19 de maio de 2017
A Assistente Técnica


Sónia Jorge

*Propõe-se que o assunto
seja deliberado em
reunião do executivo
camarário.
2017 05/19*

A Técnica Superior

Rita Cosme
À Consideração Superior³



J.S.

25

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

...../...../.....

O Vereador,

concordo com a presente
informação.

19, 5, 2017
...../...../.....

A Diretora de Departamento,

concordo com a informação
submetida à consideração
19, 5, 2017

A Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião.

19, 05, 17
...../...../.....

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/7589

ASSUNTO: ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO PARA OS ESTABELECIMENTOS ENQUADRADOS NA PRAIA FOZ DO LIZANDRO PARA O "DIA DA ESPIGA" – FERIADO MUNICIPAL – 25 DE MAIO DE 2017

Considerando que nos termos da alínea b) do artigo 10.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra, a Câmara Municipal pode, em circunstâncias específicas, nomeadamente em ocasiões festivas, alargar temporária e excecionalmente, o horário de funcionamento dos estabelecimentos previstos nos artigos 3.º e 4.º do Regulamento citado;

- Considerando a tradição popular de festejo do "Dia da Espiga" – Feriado Municipal, no dia 25 de maio de 2017, a levar a efeito na Praia Foz do Lizandro.

Propõe-se que a título excecional, e a exemplo dos anos anteriores, **manter o funcionamento dos estabelecimentos enquadrados na zona envolvente da Praia Foz do Lizandro, até às 9:00h do dia 25 de maio de 2017, sem**



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

necessidade de alterar os mapas de horários afixados, e sem prejuízo do cumprimento das disposições legais sobre matéria laboral.

Face ao exposto, submete-se à Consideração Superior, a decisão do alargamento do horário de funcionamento em apreço, em reunião do executivo camarário.

Área de Licenciamentos Diversos, 19 de maio de 2017.

A Assistente Técnica

Sónia Jorge



26

J.6.
1.6.1
1.6.2**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER****DESPACHO**

...../...../.....

O Vereador,

concordo com a presente proposta.
A ser aprovada pelo
Excm.º Sr. Vereador.

19.5.2017

A Diretora de Departamento,

19.05.17

O Presidente da Câmara,

(Helder Sousa Silva)**INFORMAÇÃO Interno/2017/7563**

ASSUNTO: Empréstimos de médio e longo prazo - Aprovação das cláusulas contratuais

Considerando que:

Na sequência da consulta ao mercado para a contratação de financiamento de dois empréstimos de médio e longo prazo, pelo prazo de 15 anos, as propostas mais vantajosas foram do Banco BPI SA e Banco Santander Totta SA. no valor, respetivamente, de €15.000.000 (quinze milhões de euros) para o financiamento do programa de investimentos na rede de água e saneamento do Município, que comportam também a remuneração à concessionária da reversão da concessão e de €7.116.224 (sete milhões, cento e dezasseis mil e duzentos e vinte e quatro euros), para pagamento da compensação devida pelo resgate da concessão, a proposta do Banco Português do Investimento, S.A..



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património

A proposta do Banco Português do Investimento, S.A. é a proposta economicamente mais vantajosa, apresentando um Spread de 1,40% indexada à "Euribor" a 6 meses, para o financiamento do programa de investimentos na rede de água e saneamento do Município, que comportam também a remuneração à Concessionária da Reversão da Concessão, no montante de €15.000.000,00 (quinze milhões de euros);

A segunda proposta mais vantajosa é do Banco Santander Totta, S.A., apresentando um Spread de 1,49% indexada à "Euribor" a 6 meses, para o financiamento dos custos do resgate da Concessão, no montante de €7.116.224,00 (sete milhões cento e dezasseis mil e duzentos e vinte e quatro euros).

As minutas de contrato remetidas pelas respetivas entidades bancárias encontram-se em conformidade com as propostas apresentadas, proponho que o assunto seja submetido ao Órgão Executivo para aprovação das cláusulas contratuais. Nesse sentido, junto se enviam as minutas dos "Contratos de Crédito a Médio e Longo Prazo".

À Consideração Superior.

A Chefe de Divisão da Gestão Financeira e Património

(Dulce Lourenço)

).6 2.

27

X

CONTRATO DE CRÉDITO A MÉDIO / LONGO PRAZO
(Abertura de Crédito)

Entre:

Banco BPI, S.A., Sociedade Aberta, com sede na Rua Tenente Valadim, 284, 4100-476 Porto, matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de pessoa colectiva número 501 214 534, com o capital social de €1.293.063.324,98, adiante designado por "**Banco**", neste acto devidamente representado por Filipe Manuel Mensurado Macedo Cartaxo e por Mário João Pereira Gama, na qualidade de procuradores e com poderes para o acto;

E:

Município de Mafra, pessoa colectiva número [●], com sede em [●], adiante designado por "**Município**", neste acto devidamente representado por [●], na qualidade de [●] e com poderes para o acto;

Considerando que:

- I. Por deliberação adoptada em sessão [●] [ordinária/extraordinária] realizada em [●] de [●] de [●], cuja cópia constitui o anexo I a este Contrato, a Assembleia Municipal de Mafra, sob proposta da Câmara Municipal, autorizou o Município a contrair um Crédito, até ao montante global de €15.000.000,00 (quinze milhões de euros), destinado ao financiamento do programa de Investimentos na rede de água e saneamento do Município, ao abrigo do disposto no 2.º artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (RFAL)..
- II. Na sequência de consulta ao mercado e sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal deliberou, na sua sessão de [●], conforme cópia que se junta como anexo II, autorizar a minuta do Contrato de Crédito a médio / longo prazo junto da banca, até ao montante global de €15.000.000,00 (quinze milhões de euros) a financiar pelo Banco.

É livremente e de boa-fé celebrado, nos termos do 51.º do RFAL, o presente Contrato de Crédito que se rege pelas cláusulas que a seguir se indicam e que as partes se obrigam a cumprir integral e tempestivamente.

Primeira
(Definições)

1. Salvo se diferentemente se estabelecer no presente Contrato, as expressões que a seguir se indicam quando iniciadas por maiúsculas têm o significado seguinte:
 - (i) **Conta DO:** a conta de depósitos à ordem nº [●] de que o Município é titular junto do Banco.
 - (ii) **Contrato:** o presente Contrato de concessão de Crédito.
 - (iii) **Crédito:** o Crédito concedido ao Município dos termos do presente Contrato.
 - (iv) **Dia Útil:** dia completo em que a generalidade dos bancos se encontre aberta ao público em Lisboa e o sistema Target esteja em funcionamento (dias úteis Target);
 - (v) **Euribor:** corresponde à taxa promovida pela Federação Bancária Europeia em conjunto com a Associação Cambista Internacional, resultante do cálculo da média das taxas de depósitos interbancários para cada prazo denominado em Euros, oferecidas na Zona da União Económica e Monetária entre Bancos de Primeira Linha cotada para valor spot (TARGET + 2) na base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas na página EURIBOR01 da REUTERS ou de outra Agência que a divulgue.
 - (vi) **Indexante:** corresponde à Euribor a 6 (seis) meses ou outra taxa que a venha a substituir nos termos do presente Contrato.
 - (vii) **Investimentos:** Designa os investimentos na rede de água e saneamento do Município. 2017.
 - (viii) **RFAL:** Designa a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.
2. Excepto se do contexto resultar o contrário, os termos e expressões definidos no número 1 da presente cláusula, no singular ou no plural, poderão ser utilizados, respectivamente, no singular ou no plural, com a correspondente alteração do seu significado.
3. Sempre que, no presente Contrato, se utilizem expressões como “obrigações emergentes do presente Contrato”, “montantes devidos nos termos do presente Contrato” ou expressões similares, devem as mesmas ser interpretadas como incluindo as obrigações emergentes da utilização do Crédito concedido e os montantes devidos em resultado dessa utilização.
4. Qualquer referencia a “incumprimento” ou ao “não cumprimento”, constante do presente Contrato, inclui, além do incumprimento definitivo, referências a situações de simples mora ou de cumprimento defeituoso.
5. As epígrafes das cláusulas foram incluídas por razões de mera conveniência e não deverão ser consideradas na interpretação e integração do presente Contrato.

Segunda

28

(Modalidade e Montante)

1. O Banco concede ao Município um Crédito, na modalidade de abertura de Crédito, até ao montante global de €15.000.000,00 (quinze milhões de euros).
2. A não utilização, pelo Município, do montante total do Crédito, nos termos definidos no número 1. da subsequente Cláusula Quarta, faz reduzir o montante do Crédito ao valor efectivamente utilizado.

Terceira

(Prazo e Finalidade)

1. O Crédito é concedido pelo prazo máximo de 15 (quinze) anos.
2. O Crédito destina-se a ser utilizado pelo Município na realização dos Investimentos.
3. Ao Banco fica assegurado o direito de fiscalizar, pela forma que julgar apropriada, a correcta aplicação dos fundos que faculta.

Quarta

(Utilização e Confissão de Dívida)

1. A utilização do Crédito será efectuada, por uma ou mais vezes até ao limite indicado no número 1 da anterior Cláusula Segunda, desde que estejam verificadas todas as condições de utilização previstas no número 6 da presente Cláusula, mediante crédito na Conta DO, no prazo máximo de 2 (dois) anos, deduzidos de 15 (quinze) dias corridos de calendário, contados desde a data de emissão do Visto do Tribunal de Contas ao presente Contrato, mediante pedido escrito do Município dirigido ao Banco nos termos do subsequente número 2, com a antecedência de [●] dias úteis relativamente à data em que pretenda a sua utilização.
2. Cada um dos desembolsos deverá ser solicitado por ofício da Câmara Municipal de Mafra, com indicação da finalidade contratualmente prevista, e ficará sujeito ao acordo expresso do Banco.
3. A mora ou o incumprimento pelo Município de qualquer obrigação assumida no presente Contrato confere ao Banco o direito de suspender a faculdade de utilizar o Crédito pelo tempo em que subsistir a mora ou o incumprimento.
4. O Município confessa-se, desde já e incondicionalmente, devedor ao Banco das importâncias que venha a utilizar nos termos dos números anteriores, bem como dos juros que as mesmas importâncias venham a vencer e, ainda, das despesas e encargos estipulados no presente Contrato.
5. O Município obriga-se perante o Banco a proceder à aplicação dos fundo facultados pelo presente Contrato unicamente para os fins indicados no número 2 da anterior Cláusula Terceira.

6. O início da utilização do Crédito fica condicionado à entrega pelo Município ao Banco, em forma e conteúdo previamente por este aceite da documentação prevista na Cláusula Décima Oitava.

Quinta
(Taxa de Juro)

1. Sobre os montantes de capital devidos, em cada momento, nos termos do Contrato, vencem-se juros à taxa nominal correspondente ao Indexante, acrescida de uma margem ou spread de 1,40% (um vírgula quarenta por cento), o que corresponde, na presente data, a uma taxa de [●] %.
2. A TAE (calculada nos termos do DL 220/94 de 23 de Agosto) é, na presente data, de [●] %.
3. Caso, por uma qualquer razão, a Euribor não seja publicada, aplicar-se-á, durante o período de tempo em causa, a taxa que resultar da média aritmética das taxas oferecidas no segundo dia útil anterior à data de início de cada período de juros às, ou cerca das 11:00 horas de Bruxelas, para operações no Mercado Interbancário em Euros, com o mesmo prazo, por quatro bancos europeus de primeira ordem, escolhidos pelo Banco.
4. Caso, por uma qualquer razão, a Euribor ou a taxa de referência utilizada que a substitua apresente valor inferior a zero, considera-se, para determinação da taxa nominal aplicável, que o respectivo valor corresponde a zero.
5. As variações da taxa de juro produzirão efeitos a partir do início do período de contagem de juros subsequente, salvo quando a periodicidade do Indexante aplicável seja superior ao de contagem dos juros, caso em que as variações da taxa de juro produzirão efeitos no primeiro período de juros que se vença após cada data de revisão do Indexante.

Sexta
(Contagem e Pagamento de Juros e Reembolso de Capital)

1. Durante o período de utilização estabelecido no número 1 da anterior Cláusula Quarta, sobre o montante de capital efectivamente utilizado vencer-se-ão juros, contados dia a dia com referência de períodos de contagem de juros mensais, sendo calculados na base dos dias efectivamente decorridos e de um ano de 360 dias à taxa estabelecida na anterior Cláusula Quinta, que serão pagos mensal e postecipadamente.
2. Sem prejuízo do disposto no anterior número 1, relativamente ao pagamento de juros durante o período de utilização do Crédito, o capital e os demais juros serão pagos em prestações mensais constantes e sucessivas de capital e juros, vencendo-se a primeira 24 meses após a data de emissão do Visto do Tribunal de Contas ao presente Contrato.

3. O Município poderá proceder, sem qualquer penalização, ao reembolso antecipado, total ou parcial, do capital mutuado, devendo esse seu propósito ser comunicado, por escrito, ao Banco com a antecedência mínima de 30 dias relativamente a uma data de vencimento de juros.
4. No caso de reembolso antecipado parcial, nos termos do número anterior, serão os pagamentos antecipados imputados, por esta ordem, a despesas, encargos, juros e valor unitário das prestações de capital subsequentes.
5. Os pagamentos efectuados pelo Município que sejam insuficientes para o pagamento integral dos montantes vencidos e em dívida, serão, salvo acordo escrito em contrário, imputados sucessivamente a despesas, encargos, juros e capital

Sétima

(Encerramento do Crédito)

Encerrado Crédito pelo decurso do prazo ou vencimento antecipado, fica o Município obrigado a pagar ao Banco todo o capital utilizado no âmbito do presente Contrato e, bem assim, as quantias referentes a juros, devidos pela sua utilização, nos termos da cláusula anterior.

Oitava

(Mora)

1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Segunda, em caso de mora, total ou parcial, do Município, no pagamento de qualquer um dos montantes devidos nos termos do presente Contrato (como por exemplo a título de capital, de juros, de despesas ou de qualquer outra quantia devida nos termos deste Contrato), poderá o Banco aplicar, sobre o montante em mora e durante o prazo em que a mesma subsistir, a taxa de juros remuneratórios acrescida da sobretaxa legal de mora máxima que à data vigorar.
2. Nas situações previstas na cláusula Décima Segunda, caso o Banco exija ao Município o pagamento imediato de todo o montante em dívida do empréstimo, incidirá sobre aquele montante a taxa de juros remuneratórios acrescida da sobretaxa legal de mora referida no número anterior, e será aplicada a contar da data em que tal exigência seja comunicada ao Município.

Nona

(Despesas, Encargos e Comissões)

1. Pela celebração do presente contrato o Município pagará ao Banco uma comissão de organização e montagem, no valor de €50.000,00, a debitar na data da primeira utilização do Crédito.
2. O Município pagará ou reembolsará, logo que para tanto seja avisado pelo Banco, todas as despesas documentalmente provadas (incluindo de expediente, de natureza fiscal, junto de conservatórias,

notários, advogados ou solicitadores) que o Banco venha a suportar para promover a recuperação dos seus Créditos.

3. Será também da responsabilidade do Município o pagamento de quaisquer impostos, taxas, emolumentos e outros encargos, presentes e futuros, exigíveis pela execução do Contrato ou dos pagamentos a efectuar pelo Município, deles derivados ou com eles conexos.
4. Em caso de incumprimento, o Município pagará ainda ao Banco uma comissão de recuperação de valores em dívida, devida apurada e actualizada nos termos definidos no art. 9º do Decreto-Lei 58/2013 de 8 de Maio, cujos valores mínimo e máximo poderão ser actualizados nos termos da lei.

Décima

(Pagamentos)

1. Todos os pagamentos a efectuar pelo Município, nos termos deste Contrato, deverão ser feitos pela totalidade, sem compensação ou quaisquer retenções ou deduções, nas respectivas datas de vencimento, por débito da Conta DO ou outra conta que venha a ser acordada entre o Banco e o Município.
2. O Município obriga-se a assegurar que a Conta DO esteja, nas correspondentes datas de vencimento, suficientemente provisionada para efeitos do disposto no número 1. anterior.
3. Os pagamentos efectuados pelo Município que sejam insuficientes para o pagamento integral dos montantes vencidos e em dívida, serão, salvo acordo escrito em contrário, imputados sucessivamente a despesas, encargos, juros e capital e, neste último caso, segundo a ordem que o Banco venha a estabelecer.

Décima Primeira

(Declarações e Obrigações do Município)


1. O Município declara e garante ao Banco que:
 - a) *Poderes, validade e eficácia*: tem poderes para outorgar o presente Contrato e cumprir as obrigações nele assumidas, que são válidas e vinculativas, não existindo restrição que afecte a sua exequibilidade nem limitação que seja excedida em consequência da concessão do Crédito, nem envolvendo a outorga e execução deste Contrato a violação de qualquer norma ou Contrato a que se ache vinculada.
 - b) *Graduação *Pari Passu* das Obrigações*: todas as obrigações, encargos ou sujeições que deste Contrato emergem para o Município não ficarão, por qualquer modo, subordinados ou dependentes de outro Contrato, celebrado ou a celebrar, e graduar-se-ão, pelo menos, em paridade (*pari passu*) com as obrigações do Município, presentes e futuras, com excepção das garantias e privilégios estabelecidos por lei, que não por Contrato;

- c) *Correcção e Completude da informação disponibilizada*: as informações e demais documentos, fornecidos pelo Município ao Banco, relativos à negociação deste Contrato são verdadeiros e correctos em todos os aspectos, não enfermado de vício ou omissão que os tornem enganosos ou menos correctos.
 - d) *Banco Europeu de Investimento*: dá a sua autorização a que 50% do Crédito seja ou venha a ser incluído em contratos de financiamento do Banco Europeu de Investimento ao Banco.
2. O Município declara e garante, ainda, ao Banco que não ocorreu nem se verifica qualquer facto ou circunstância que, pela simples notificação da sua ocorrência ou pelo mero decurso do tempo, constitua ou possa vir a constituir incumprimento do presente Contrato ou de qualquer outro Contrato, que possa afectar o cumprimento das obrigações ora assumidas;
3. As declarações constantes desta cláusula consideram-se:
- a) essenciais para a formação da vontade de contratar do Banco e condicionam a integral execução do presente Contrato por parte deste;
 - b) sucessivamente repetidas nas datas de pagamento de juros e de amortização de capital.
4. As obrigações pecuniárias assumidas pelo Município no âmbito do Contrato (designadamente os montantes devidos ao Banco a título de reembolso de capital e juros e demais encargos) são garantidas nos termos gerais de direito.
5. O Município obriga-se a:
- a. Cumprir o serviço da dívida resultante do Contrato com as receitas previstas na respectiva execução orçamental anual, durante a vigência do presente empréstimo;
 - b. Não acordar a constituição ou modificação de créditos em termos de lhes tornar aplicáveis garantias ou condições (nomeadamente quanto às condições de reembolso, condições de amortização antecipada) mais favoráveis do que as previstas no presente Contrato, sem que, simultaneamente, e desde que legalmente permitido, acorde com o Banco a extensão dessas garantias ou condições mais favoráveis ao Crédito deste último

Décima Segunda

(Causas de Vencimento Antecipado do Crédito)

1. O Banco poderá, mediante simples declaração escrita dirigida ao Município, resolver o presente Contrato e/ou declarar o vencimento antecipado e imediato da obrigação de reembolso dos fundos utilizados e das demais obrigações emergentes do Contrato e, além de suspender de imediato o direito do Município utilizar o Crédito, exigir, o pagamento imediato de todos os montantes que, consequentemente, sejam devidos, ficando o Município obrigado a fazê-lo, caso se verifique qualquer uma das circunstâncias descritas nas alíneas subsequentes:

- 
- a) *Mora ou incumprimento de obrigações pecuniárias assumidas no Contrato:* caso o Município deixe de cumprir pontualmente qualquer das obrigações, a que fica vinculado nos termos do presente Contrato;
 - b) *Mora ou incumprimento de obrigações não pecuniárias assumidas no Contrato:* caso o Município não regularize, no prazo constante da notificação que o Banco lhe tiver enviado para o efeito, a mora ou incumprimento de qualquer obrigação não pecuniária, susceptível de sanção a que fica vinculado nos termos do presente Contrato ou caso o Município deixe de cumprir tempestivamente qualquer obrigação não pecuniária, não susceptível de sanção, a que fica vinculado nos termos do presente Contrato;
 - c) *Situação de incumprimento quanto a declarações efectuadas no Contrato:* se qualquer declaração feita ou a efectuar pelo Município, no presente Contrato, for ou tiver sido falsa ou inexacta;

2. As faculdades previstas no número anterior podem ser exercidas a todo o tempo e o seu não exercício não envolve renúncia às mesmas.

Décima Terceira

(Convenções)

1. Para efeitos do presente Contrato, as datas e os prazos de antecedência fixados em dias reportam-se a dias corridos, embora, só em Dias Úteis se poderão efectuar pagamentos.
2. Se o Contrato estabelecer que qualquer obrigação de pagamento se vence em determinado dia e num ou em determinados meses do ano tal dia não existe, essa obrigação passa a vencer-se no dia imediatamente anterior.
3. Se qualquer obrigação de pagamento se vencer em Dia que não seja Útil, segundo o disposto no Contrato, o respectivo pagamento deverá ser efectuado até ao início do Dia Útil imediato.

Cláusula Quarta

(Cessão de Posição Contratual)

1. O Município não poderá ceder, total ou parcialmente, os seus direitos decorrentes do presente Contrato, sem o prévio consentimento escrito do Banco.
2. O Banco fica expressa, irrevogável e incondicionalmente, e desde já, autorizado a, em qualquer momento, ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual no presente Contrato.
3. Para efeito do disposto nos números anteriores fica o Banco, desde já, autorizado a fornecer ao cessionário, mesmo previamente à cessão, todas as informações e documentos que, para o feito, entenda necessárias.



Décima Quinta

(Comunicações ao Banco de Portugal)

1. O Banco está obrigado a comunicar ao Banco de Portugal a informação relativa a responsabilidades efectivas ou potenciais decorrentes de operações de Crédito de que sejam beneficiárias pessoas singulares ou colectivas residentes ou não residentes no território nacional.
2. Para cumprimento dessa obrigação, nos termos e para os efeitos do disposto na Instrução nº 21/2008, do Banco de Portugal, o Banco comunicará mensalmente à Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, os saldos daquelas responsabilidades aos quais serão associados, designadamente, os elementos referentes à identificação dos mutuários e dos garantes, ao montante dos Créditos concedidos e o tipo e valor das garantias prestadas, ao grau de cumprimento do pagamento, aos prazos inicial e residual, à finalidade dos Créditos contratados, aos Créditos vencidos e ao valor dos encargos mensais associados ao pagamento dos Créditos.
3. Aos devedores dos Créditos é reconhecido o direito de acesso à informação que, neste âmbito, é prestada a seu respeito, bem como o de solicitar a sua rectificação ou actualização.

Décima Sexta

(Comunicações entre as partes)

1. Todos os avisos e comunicações entre as partes serão dados por escrito, e constarão de telefax ou carta entregue por protocolo ou registada, com aviso de recepção, dirigidos para os endereços adiante indicados:

- **Banco:**

Banco BPI, SA.

Direcção de Banca Institucional

Centro Institucional Sul

Largo Jean Monnet, n.º 1 – 8.º piso

1269-067 Lisboa

Fax número: 21 318 16 70

- **Município:**

Município de Mafra

[•]

[•],

 Fax número: [●]

2. Os endereços referidos no número anterior poderão ser alterados por comunicação à outra parte, mas as alterações só produzirão efeitos após terem sido recebidas pelos destinatários.
3. As comunicações por telefax consideram-se recebidas desde o momento em que o expedidor obtiver a resposta automática do teleimpressor do destinatário; as cartas ter-se-ão por recebidas na data da entrega, por protocolo, no endereço do destinatário ou, se enviadas pelo correio, na data de assinatura do aviso de recepção.

Décima Sétima

(Títulos Executivos / Extractos de Conta)

1. Os documentos, de qualquer natureza, em que o Município figure como responsável e conexos com o presente Contrato, dele ficarão a fazer parte integrante para efeitos de execução, nos termos e para os fins do disposto no artigo 707.º do Código de Processo Civil.
2. Os extractos de contas emergentes do Crédito constituem documento bastante para a prova da dívida e da sua movimentação, nos termos e para os efeitos do número anterior.

Décima Oitava

(Entrada em Vigor)

1. Os prazos constantes do presente Contrato serão contados da data de emissão do Visto do Tribunal de Contas, sendo que o mesmo Contrato só produzirá efeitos na data em que o Município apresentar ao Banco os seguintes documentos:
 - a. Certidão ou fotocópia autenticada da Acta da Assembleia Municipal a autorizar a celebração do Contrato de Crédito, cuja cópia se junta como Anexo I ao presente Contrato;
 - b. Certidão ou fotocópia autenticada da Acta da Assembleia Municipal a aprovar a contratação da presente abertura de Crédito, indicando, designadamente, o montante, a finalidade e a adjudicação do Crédito ao Banco BPI, cuja cópia se junta como Anexo II ao presente Contrato; e
 - c. Prova de obtenção do Visto do Tribunal de Contas ao presente Contrato, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 46º da Lei 98/97 de 26 de Agosto, e demais legislação complementar;
2. Todos os documentos emanados do Município devem ser assinados e autenticados com o respectivo selo branco.
3. A não entrega ao Banco, até [●] de [●] de [●], de todos os documentos referidos no número 1 anterior, confere ao Banco o direito de declarar unilateralmente a resolução do presente Contrato (sem que

qualquer das partes tenha direito a qualquer compensação) ou de, a seu exclusivo juízo e unilateralmente, alterar o condicionalismo da operação de acordo com as condições de mercado que se venham a verificar.

Décima Nona

(Foro)

Para as questões que resultarem do presente Contrato ou que visem acautelar os Créditos deles emergente será competente o tribunal da sede ou domicílio do demandado, sem prejuízo do disposto no artigo 71º do Código de Processo Civil.

O presente Contrato só se considera perfeito após a sua assinatura por todas as partes.

Feito aos [●] de [●] de [●], em três exemplares, de igual valor e conteúdo.

- Banco BPI, S.A.

- Município

[Termo de autenticação do Contrato a realizar por notário, advogado ou solicitador]

X

ANEXO I

Cópia da Acta da Assembleia Municipal contendo a deliberação referida no considerando I



ANEXO II

Cópia da Acta da Assembleia Municipal contendo a deliberação mencionada no considerando II

J.6.16
34

CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO
Nº 0032.0049

Entre:

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 500844321 (anterior nº 1587 – 1ª Secção), NIPC 500844321, Capital Social de 1.256.723.284,00 Euros, com sede na Rua Áurea, nº 88, freguesia de São Nicolau, Lisboa, adiante designado abreviadamente por **BANCO**;

e

MUNICIPIO DE MAFRA, pessoa colectiva nº _____, sita na _____, representada por _____, na qualidade de Presidente da Câmara e investido dos poderes necessários para a vincular neste acto, adiante designada abreviadamente por **BENEFICIÁRIA**,

é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato de abertura de crédito, o qual se regerá nos termos do **PREÂMBULO** e das **CLÁUSULAS** seguintes:

PREÂMBULO

1. Reunida em sessão ordinária / extraordinária realizada em ____ de _____ de _____, a Assembleia Municipal de Mafra apreciou as condições propostas para a Câmara Municipal contratar com o Banco Santander Totta, S.A. uma abertura de crédito a longo prazo, as quais constam da 'Ficha Técnica Resumo', de que fica cópia junta ao presente contrato, bem como cópia da respectiva acta e dele se consideram como fazendo parte integrante (ANEXO I).
2. Nessa mesma data deliberou a Assembleia Municipal de Mafra autorizar a Câmara Municipal a proceder à contratação de uma abertura de crédito junto do Banco Santander Totta, S.A., até ao montante de € 7.116.224,00 (sete milhões, cento e dezasseis mil, duzentos vinte e quatro euros), destinado ao pagamento da quantia devida à Concessionária por força do Resgate da Concessão, nos termos do disposto no artigo 68.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro (LOE), constantes da "_____", de que fica cópia junta ao presente contrato e dele se considera como fazendo parte integrante (ANEXO II).
3. As condições aprovadas para a contratação da abertura de crédito são as constantes do Ofício _____, de _____ de _____ de _____, dirigido pela Câmara Municipal de Mafra ao Banco Santander Totta, S.A., de que fica cópia junta ao presente contrato e dele se considera como fazendo parte integrante (ANEXO III).
4. As partes acordam em transpor as condições aprovadas para as cláusulas que se seguem, passando a presente relação contratual a reger-se pelas mesmas.
5. Este contrato é celebrado sob condição suspensiva de ser obtido o Visto do Tribunal de Contas.

CLÁUSULAS

1ª

(Montante e forma de utilização)

1. A **BENEFICIÁRIA** solicitou e obteve do **BANCO** crédito, sob a forma de abertura de crédito.
2. A presente abertura de crédito tem o limite de € 7.116.224,00 (sete milhões, cento e dezasseis mil, duzentos vinte e quatro euros), e destina-se a ser usada por uma ou mais vezes pela **BENEFICIÁRIA** destinado ao pagamento da quantia devida à Concessionária por força do Resgate da Concessão, nos termos do disposto no artigo 68.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro (LOE).

3. O crédito assim disponibilizado, poderá ser utilizado pela **BENEFICIÁRIA** até 23 (vinte e três) meses após a data do Visto do Tribunal de Contas, data limite a partir da qual cessa a obrigação do **BANCO** de conceder crédito, ainda que o montante contratado não tenha sido integralmente utilizado.

4. As quantias a utilizar ao abrigo da presente abertura de crédito serão disponibilizadas pelo **BANCO** à **BENEFICIÁRIA**, por crédito na conta de depósitos à ordem abaixo identificada, mediante prévio aviso escrito desta recebido pelo **BANCO** com antecedência não inferior a 5 (cinco) dias úteis da data pretendida para a disponibilização dos fundos, com indicação do montante a utilizar e do Projecto/Obra/Investimento a que se destina a utilização.

5. O **BANCO** não fica obrigado a fiscalizar a efectiva aplicação dos montantes disponibilizados à **BENEFICIÁRIA** ao abrigo desta abertura de crédito.

6. A **BENEFICIÁRIA** obriga-se a utilizar os fundos disponibilizados por esta abertura de crédito exclusivamente nos fins propostos.

7. Os documentos comprovativos das utilizações, notas de lançamento, extractos de conta, troca de correspondência e quaisquer outros escritos resultantes da execução do presente contrato, farão prova suficiente dos montantes disponibilizados pelo **BANCO** à **BENEFICIÁRIA** ao abrigo desta abertura de crédito, nos termos e para os efeitos do artigo 707º do Código de Processo Civil.

8. Durante a vigência do contrato, o **BANCO** pode suspender a utilização do saldo remanescente ainda não utilizado, se entender conveniente proceder à reavaliação do risco de crédito da operação, podendo interromper definitivamente essa utilização se a conclusão for negativa.

2ª

(Prazo e amortização)

1. O presente contrato é celebrado para vigorar pelo período de 15 (quinze) anos, a contar da data do Visto do Tribunal de Contas.

2. **Período de carência de capital** - Durante os primeiros 23 (vinte e três) meses de vigência do contrato a **BENEFICIÁRIA** não amortizará capital, pagando apenas os juros devidos pela utilização do capital. Os juros serão liquidados e pagos mensal e postecipadamente, vencendo-se a primeira prestação um mês após a data do Visto do Tribunal de Contas.

3. **Período de amortização de capital** - Após o período de carência de capital a **BENEFICIÁRIA** pagará a dívida emergente deste contrato ao **BANCO** em prestações mensais, constantes de capital e juros, cujo valor será determinado tendo em conta o montante global da linha de crédito efectivamente utilizada, vencendo-se a primeira prestação um mês após o decurso do período de carência de capital e as restantes nos meses subsequentes.

4. A **BENEFICIÁRIA** poderá antecipar, total ou parcialmente, a amortização do capital mutuado.

3ª

(Juros)

1. Sobre o capital em dívida a cada momento serão contados juros a uma taxa variável correspondente à média aritmética simples das cotações diárias da EURIBOR para seis meses do mês de calendário anterior àquele em que tenha lugar a sua aplicação inicial ou revisão, arredondada à milésima, acrescida de 1,49% p.a., a qual será revista na mesma periodicidade da do prazo a que se reporta o indexante.

2. Em nenhuma circunstância pode o valor dos juros remuneratórios ser inferior ao valor do spread indicado no parágrafo anterior.

3. A taxa anual efectiva (TAE) calculada nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei 220/94, de 23 de Agosto, é nesta data de ____%.

4. A taxa de juro determinada nos termos dos números anteriores, será alterada, com efeitos a partir da contagem subsequente ao vencimento de cada uma das prestações de juros, tendo em conta a variação da taxa de referência acima indicada.

5. Caso o indexante EURIBOR venha a ser substituído por um outro indexante ou a convenção do indexante venha a ser alterada, a contagem de juros passará a ser efectuada com base na convenção desse outro indexante ou com base na nova convenção do indexante EURIBOR.

4ª

(Mora e incumprimento)

1. Verificando-se o incumprimento por parte da **BENEFICIÁRIA** de qualquer das obrigações ora assumidas, pode o **BANCO** pôr termo imediato ao contrato e exigir o integral reembolso daquilo que lhe for devido por força do mesmo.

2. Sem prejuízo do referido no parágrafo anterior, em caso de mora por parte da **BENEFICIÁRIA** serão devidos juros moratórios calculados à taxa contratual em vigor à data da sua verificação, acrescida da sobretaxa máxima legal, que neste momento é de 3%, sobre todo o montante em dívida vencido.

3. Para os efeitos resultantes do incumprimento de qualquer das obrigações emergentes deste contrato, o **BANCO** poderá, sem necessidade de prévia excussão de qualquer garantia e independentemente desta, reter e/ou utilizar todos os saldos de contas e/ou valores que a **BENEFICIÁRIA** tenha e/ou venha a ter, a qualquer título, depositados no **BANCO**, para reembolso dos seus créditos.

5ª

(Despesas e honorários)

1. As despesas e custos legais e fiscais resultantes das celebração e execução deste contrato são da exclusiva responsabilidade da **BENEFICIÁRIA**.

2. São igualmente da responsabilidade da **BENEFICIÁRIA** as despesas judiciais e extrajudiciais, incluindo honorários de Advogado e Solicitador, que o **BANCO** tenha de fazer para assegurar ou obter o pagamento dos seus créditos.

6ª

(Conta a movimentar)

1. As quantias mutuadas serão creditadas pelo **BANCO** na conta de depósitos à ordem nº _____, aberta no Balcão de _____ em nome da **BENEFICIÁRIA**, ou noutras que esta venha a indicar para o efeito.

2. O **BANCO** fica desde já autorizado a efectuar nas referidas contas todos os débitos resultantes para a **BENEFICIÁRIA** da presente abertura de crédito, correspondentes a reembolso de capital, pagamento de juros e demais despesas efectuadas com a execução do presente contrato, comprometendo-se esta a manter as contas provisionadas para o efeito na data dos respectivos vencimentos.

7ª

(Endereços)

1. Todos os avisos e comunicações entre as partes serão dados por escrito, por carta registada ou telefax, dirigidos para os seguintes endereços:

1.1. **BANCO**

Morada: Rua do Ouro, nº 88, 1100-063 Lisboa

1.2. **BENEFICIÁRIA**

Morada:

Fax:

2. Os endereços acima indicados poderão ser alterados por comunicação escrita dirigida à outra parte, só produzindo a alteração efeitos após recepção pelo destinatário.

8ª

(Cessão de Créditos)

Verificando-se o incumprimento das obrigações assumidas pela **BENEFICIÁRIA**, poderá o **BANCO** ceder a terceiro o crédito emergente do presente contrato, caso em que a **BENEFICIÁRIA** consente que o **BANCO** entregue ao cessionário os documentos e outros meios probatórios do crédito que estejam na sua posse e autoriza o **BANCO** a revelar ao terceiro cessionário as informações, elementos e factos respeitantes às relações da **BENEFICIÁRIA** com o **BANCO** respeitantes ao crédito cedido.

9ª

(Créditos elegíveis para garantia junto do Banco de Portugal)

O **BANCO**, ao abrigo da Instrução do Banco de Portugal nº 7/2012, pode constituir sobre o crédito emergente do presente contrato penhor financeiro a favor do Banco de Portugal. Na eventualidade de o crédito emergente deste contrato ser efectivamente oferecido em penhor financeiro ao Banco de Portugal, a **BENEFICIÁRIA** declara: autorizar que o **BANCO** entregue ao Banco de Portugal os documentos e outros meios probatórios do crédito que estejam na sua posse e revele as informações, elementos e factos respeitantes às relações da **BENEFICIÁRIA** com o **BANCO** relativos ao presente contrato; renunciar ao exercício do direito de compensação perante o **BANCO** e o Banco de Portugal.

10ª

(Comunicação à Central de Responsabilidades de Crédito)

O **BANCO** comunicará à Central de Responsabilidades de Crédito no Banco de Portugal, as responsabilidades em nome da **BENEFICIÁRIA**, decorrentes do presente contrato de empréstimo.

11ª

(Perfeição do Contrato)

O presente contrato só se considera perfeito a partir da data da obtenção do visto do Tribunal de Contas. Caberá à **BENEFICIÁRIA** informar o **BANCO**, por escrito, da data da concessão do visto fazendo prova da obtenção do mesmo.

12ª

(Estipulação do foro)

Para resolução dos pleitos emergentes do presente contrato é escolhido, com expressa renúncia a qualquer outro, o foro da Comarca de Lisboa.

Feito em _____, aos ____ de _____ de _____, em duplicado, ficando cada outorgante com um exemplar.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A
Os Procuradores

MUNICIPIO DE MAFRA
O Presidente

ANEXO I

36



A handwritten mark, possibly a signature or initials, located in the bottom right corner of the page. It consists of a vertical line with a small loop or flourish at the top.





Considere-se a presente documentação
para efeitos do ponto 2 da próxima
Assembleia Municipal extraordinária.

José Bizano
15/5/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

...../...../.....

O Vereador,

Atenta a informação prestada, concordo.
A Consideração Superior.
15.../05.../2017

Chefe de Divisão AGAJ na substituição da DDAGF conforme
despacho n.º 3/2014-PCM, de 9 de janeiro de 2014

Bernardete Calhaz

DESPACHO:

Concordo. Determino o envio à Assembleia Municipal para que
este Órgão delibere sobre a autorização da realização de despesas
de investimento superior a 10% da despesa de investimento
prevista no orçamento de exercício, de assunção de encargos
plurianuais e da revisão dos documentos previsionais.

À Reunião de Câmara para, nos termos do disposto no n.º 3 do
artigo 35.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua
redação atual, ratificação.

15.../5.../2017

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/7247

ASSUNTO: RESGATE E DECLARAÇÃO DE NULIDADE DOS SEGUNDOS E TERCEIRO
ADITAMENTOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO
SISTEMA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DO CONCELHO DE MAFRA

Tendo presente as deliberações tomadas em reunião de Câmara realizada no
passado dia 11 de maio que propôs que a Assembleia Municipal deliberasse a
declaração de nulidade dos segundo e terceiro aditamentos ao contrato de
concessão da exploração e gestão do sistema municipal de água e saneamento do
concelho de Mafra, resgatasse a concessão do sistema de água, pagasse uma
indenização pela declaração de nulidade no valor de €9.224.384 (nove milhões,
duzentos e vinte e quatro mil trezentos e oitenta e quatro euros) e uma



X

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

30

compensação pelo resgate da concessão no valor de €7.116.224 (sete milhões, cento e dezasseis mil e duzentos e vinte e quatro euros), totalizando o valor da indemnização e compensação €16.340.608 (dezasseis milhões, trezentos e quarenta mil seiscientos e oito euros) e contraísse dois empréstimos de médio e longo prazo junto do Banco BPI SA e Banco Santander Totta SA, no valor, respetivamente, de €15.000.000 (quinze milhões de euros) para o financiamento do programa de investimentos na rede de água e saneamento do Município, que comportam também a remuneração à concessionária da reversão da concessão e de €7.116.224 (sete milhões, cento e dezasseis mil e duzentos e vinte e quatro euros), para pagamento da compensação devida pelo resgate da concessão, há que dar cumprimento às regras impostas pela assunção da despesa que se prevê com a tomada das referidas decisões.

Assim sendo, determina o n.º 2 do artigo 51.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que os investimentos financiados através de empréstimo de médio e longo prazo que ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidas, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e autorização prévia da Assembleia Municipal.

Quer isto significar, ressaltando melhor entendimento, que os investimentos propostos por força do resgate e nulidade da concessão, por significarem um aumento de 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício (o orçamento de exercício previa despesas de investimento no montante de €20.067.385 (vinte milhões, sessenta e sete mil e trezentos e oitenta e cinco euros) e serem financiados através da contração de empréstimos de médio e longo prazo, devem ser previamente autorizados pela Assembleia Municipal.

Por outro lado, nos termos do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a aprovação prévia da Assembleia Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património

Ora, as decisões a que se fez referência dão origem à assunção de compromissos plurianuais, o que significa, salvo melhor opinião, que tais compromissos devem ser submetidos à aprovação prévia da Assembleia Municipal.

Por último há a referir que de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal autorizar a 3.ª Revisão aos Documentos Previsionais – 5.ª Modificação Orçamental, que se anexam, e que se consubstancia em:

- Orçamento da Receita - "inscrições/reforços" e "diminuições/anulações" no valor de €5,00;
- Orçamento da Despesa - "inscrições/reforços" e "diminuições/anulações" no valor de €150.605,00;
- Plano Plurianual de Investimentos - "inscrições/reforços" no valor de €15,00 e "diminuições/anulações" no valor de €15,00;
- Plano de Atividades Municipais - "inscrições/reforços" no valor de €150.590,00.

À Consideração Superior.

15 de maio de 2017

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património

(Dulce Lourenço)

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA				Página: 1
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 5 REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA NÚMERO 3 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2017 DATA DE APROVAÇÃO				
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DOTAÇÕES DA RECEITA			OBSERVAÇÕES	
		DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS			DOTAÇÃO SEGUINTE
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	DESCRIÇÃO		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO					
0904	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO					
090410	Famílias					
09041001	Equipamento de Transporte	5,00		2,50	2,50	
09041002	Maquinaria e Equipamento	5,00		2,50	2,50	
12	PASSIVOS FINANCEIROS					
1206	Empréstimos a Médio e Longo Prazos					
120602	Sociedades Financeiras		5,00		5,00	
TOTAL ...		10,00	5,00	5,00	10,00	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES						
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL ...		10,00	5,00	5,00	10,00	
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS						

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 24 de maio de 2017

Alz.

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 18 de março de 2017

Jon Zizane

[Signature]

[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

A

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 5	NÚMERO 3 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2017		DATA DE APROVAÇÃO	
		REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			O B S
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
01		ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA				
0102		CÂMARA MUNICIPAL				
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				
	0801	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS				
	080102	PRIVADAS		5,00		5,00
	0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL				
	080501	CONTINENTE				
	08050103	Serviços Autónomos da Administração Local		5,00		5,00
	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL				
	1102	DIVERSAS				
	110202	Indemnizações	580.315,00		15,00	580.300,00
	110203	Compensações		5,00		5,00
0103		OPERAÇÕES FINANCEIRAS				
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS				
	0301	Juros da Dívida Pública				
	030103	Sociedades Financeiras-Bancos e Outras Instituições Financeiras				
	03010302	Empréstimos de Médio e Longo Prazos	9.390,00	98.000,00		107.390,00
	0306	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS				
	030601	Outros Encargos Financeiros	227.410,00	52.590,00		280.000,00
	10	PASSIVOS FINANCEIROS				
	1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS				
	100603	Sociedades Financeiras-Banc. e Out. Instituições	756.150,00			756.150,00
02		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS				
0202		DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO				
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
	0602	DIVERSAS				
	060203	Outras				
	06020302	IVA Pago	210.905,00		150.590,00	60.315,00
TOTAL ...			1.784.170,00	150.605,00	150.605,00	1.784.170,00
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES				150.590,00	150.590,00	
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				15,00	15,00	

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 24 de maio de 2017

Vicente Faria
HFZ

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 18 de maio de 2017

João Bizarro

Maria

Albino Pinheiro
Albino Pinheiro

ENTIDADE				MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO																	PÁGINA : 1
MUNICÍPIO DE MAFRA				MODIFICAÇÃO NÚMERO : 5 DO ANO CONTABILISTICO: 2017				DATA DE APROVAÇÃO													
				REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 3																	
				REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES 3																	
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO+/-)							DOTAÇÃO SEGUINTE						
					ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE			
					TOTAL	DEFINIDA		NÃO DEFINIDA	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019	2020	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019	2020	SEGUINTE
4.		Outras funções			1.518.265,00	1.518.265,00		6.787.680,00	150.595,00	16340608,00	6093551,00	1087085,00	1856130,00	21489990,00	18009468,00	1.668.860,00	16340608,00	7.443.136,00	2327455,00	2989925,00	24553920,00
4.1.		Operações da dívida autárquica			937.950,00	937.950,00		6.787.680,00	150.590,00		317.935,00	1087085,00	1856130,00	21489990,00	1.088.540,00	1.088.540,00		1.667.520,00	2327455,00	2989925,00	24553920,00
4.1.	01	Empréstimos Bancários			765.540,00	765.540,00		2.927.140,00	98.000,00		316.035,00	1085200,00	1854360,00	21479690,00	863.540,00	863.540,00		1.080.285,00	1752230,00	2424815,00	22405095,00
4.1.	0101	Amortizações da dívida - empréstimos m/l prazo	CM	0103 100603	756.150,00	756.150,00		2.907.880,00			771.460,00	1559535,00	19785265,00		756.150,00	756.150,00		757.100,00	1433540,00	2126625,00	20706875,00
4.1.	0103	Juros de empréstimos m/l prazo	CM	0103 03010302	9.390,00	9.390,00		19.260,00	98.000,00		316.035,00	313.740,00	294.825,00	1.694.425,00	107.390,00	107.390,00		323.185,00	318.690,00	298.190,00	1.698.220,00
4.1.	03	Outros Juros de Médio e Longo Prazo	CM	0103 030601	172.410,00	172.410,00		3.860.540,00	52.590,00		1.900,00	1.885,00	1.770,00	10.300,00	225.000,00	225.000,00		587.235,00	575.225,00	565.110,00	2.148.825,00
4.3.		Diversas não especificadas			580.315,00	580.315,00			5,00	16340608,00	5775616,00				16920928,00	580.320,00	16340608,00	5.775.616,00			
4.3.	01	Diversas não especificadas			580.315,00	580.315,00			5,00	16340608,00	5775616,00				16920928,00	580.320,00	16340608,00	5.775.616,00			
4.3.	0101	Indemnizações	CM	0102 110202	580.315,00	580.315,00		-10,00							580.305,00	580.305,00					
4.3.	0102	Compensação pelo Resgate da Concessão		0102 110203				5,00	7.116.224,00						7.116.229,00	5,00	7.116.224,00				
4.3.	0103	Transf. Cap. SMAS Mafra		0102 08050103				5,00	5775616,00						5,00	5,00		5.775.616,00			
4.3.	0104	Transf. Cap. Be Water		0102 080102				5,00	9.224.384,00						9.224.389,00	5,00	9.224.384,00				
TOTAL ...					1.518.265,00	1.518.265,00		6.787.680,00	150.595,00	16340608,00	6093551,00	1087085,00	1856130,00	21489990,00	18009468,00	1.668.860,00	16340608,00	7.443.136,00	2327455,00	2989925,00	24553920,00

ÓRGÃO EXECUTIVO
Em 24 de maio de 2017

ÓRGÃO DELIBERATIVO
Em 18 de maio de 2017

Jon Bizau
Vereador
Hfz.
AL

Alf
Honório
Almeida
Oliveira
Mendes

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS											Página : 1	
MUNICÍPIO DE MAFRA		Modificação Número: 5 REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES		NUMERO 3		DO ANO CONTABILISTICO 2017		DATA DE APROVAÇÃO						
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC.	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
				INICIO	FIM			ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
								TOTAL	DEFINIDO					NAO DEFINIDO
4.		Outras funções												
4.1.		Operações da dívida autárquica												
4.1.	01	Empréstimos Bancários												
4.1.	0103	Juros de empréstimos m/l prazo	0103 03010302	2014/01/01	2032/12/31		57.845,78	9.390,00	9.390,00		19.260,00	98.000,00	107.390,00	
4.1.	03	Outros Juros de Médio e Longo Prazo	0103 030601	2014/01/01	2032/12/31		382.800,39	172.410,00	172.410,00		3.860.540,00	52.590,00	225.000,00	
TOTAL ...							57.845,78	181.800,00	181.800,00		3.879.800,00	150.590,00	332.390,00	

O ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 24 de maio de 2017

O ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 18 de maio de 2017

João Zigue

Vera Faria

Hfz

H

15

João Zigue

Alma

João

João

João

João

João

João

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS												Pagina : 1	
MUNICIPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NUMERO : 5 REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				NUMERO 3 DO ANO CONTABILISTICO 2017		DATA DE APROVAÇÃO							
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC. ORGANICA	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
					INICIO	FIM			ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
									TOTAL	DEFINIDO					NAO DEFINIDO
TRANSPORTE															
4.		Outras funções													
4.1.		Operações da dívida autárquica													
4.1. 01	2014	Empréstimos Bancários													
4.1. 0101	2014 77	Amortizações da dívida - empréstimos m/l prazo	0103	100603	2014/01/01	2032/12/31		2.249.405,88	756.150,00	756.150,00		2.907.880,00		756.150,00	
4.3.		Diversas não especificadas													
4.3. 01	2017	Diversas não especificadas													
4.3. 0101	2017 1	Indemnizações	0102	110202	2017/02/14	2017/12/31			580.315,00	580.315,00			15,00	580.300,00	
4.3. 0102	2017 2	Compensação pelo Resgate da Concessão	0102	110203	2017/05/18	2018/12/31						5,00		5,00	
4.3. 0103	2017 3	Transf. Cap. SMAS Mafra	0102	08050103	2017/05/18	2018/12/31						5,00		5,00	
4.3. 0104	2017 4	Transf. Cap. Be Water	0102	080102	2017/05/18	2018/12/31						5,00		5,00	
TOTAL ...								2.249.405,88	1.336.465,00	1.336.465,00		2.907.880,00	15,00	15,00	1.336.465,00

O ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 24 de maio de 2017

Jon Bizau

Vicente Finkler

Htz.

[Signature]

[Signature]

O ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 18 de maio de 2017

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]


De acordo com as declarações feitas pela CDU sobre este assunto reafirmamos:

A CDU desde sempre condenou a “privatização da água” e sempre apoiou a reversão para o município dessa concessão a privados.

Na nossa primeira tomada de posição nesta Câmara dissemos que votamos convictamente pela reversão dessa privatização mas não nos pronunciámos sobre as questões técnicas jurídicas e económicas que esquecem o que para nós é mais importante que é o prejuízo causado às populações, facto a que não nos queremos associar. Em nosso entender, cabe a quem privatizou a e a quem lhe deu suporte ao longo destes anos, a responsabilidade de encontrar as soluções mais adequadas para solucionar o problema criado.

Na última Assembleia Municipal referida, que deliberou sobre esta proposta, a CDU explicou detalhadamente a sua posição e reafirmámos o nosso acordo à reversão da concessão e à criação dos Serviços Municipais de Água e Saneamento de Mafra e, também, a nossa abstenção na forma de como reverter o serviço de águas e saneamento.

É isso que voltamos a reafirmar, na presente votação, com a nossa abstenção no assunto em causa.

24/05/2017




21

47

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Turismo, Cultura e Desporto****PARECER**

Concordo - A consideração do
dado. Senhor Presidente.

18.05.2017

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que
o assunto seja objecto de
deliberação pelo órgão
executivo.
18.05.2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

DESPACHO

19.05.17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/7411

ASSUNTO: Valores para a Época Desportiva 2017/2018 e Época Balnear 2017.

Visando a programação da Época Desportiva 2017/2018, assim como a época balnear de 2017, há necessidade de se proceder à definição dos preços cobrados pela utilização das Instalações Desportivas Municipais, bem como pela prática das atividades que nelas são desenvolvidas, nomeadamente no que se refere aos Núcleos Municipais, Alugueres Pontuais e Regulares, e ainda para a utilização das Piscinas Exteriores.

Na época transata, foram introduzidas alterações significativas aos valores, os quais foram reduzidos de forma a "Incentivar a integração da atividade física nos hábitos de vida quotidianos, bem como a adoção de estilos de vida ativa" e "Promover a conciliação da atividade física com a vida pessoal, familiar e profissional".

De igual forma foram introduzidas taxas mais flexíveis, como o "FreePass" que permite, aos utentes inscritos, a frequência, em regime de utilização livre, de todas as aulas, de todas as instalações, de segunda a sexta entre as 7:30 e as 17:30 de acordo com os horários afixados.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico
Divisão de Turismo, Cultura e Desporto

Assim, coloca-se à consideração a manutenção dos valores aprovados na época passada com as seguintes alterações:

- Permitir que crianças, que ainda não possuem a idade prevista para frequência da pista de utilização livre, possam utilizar o tanque de aprendizagem, sempre acompanhados por um ou mais adultos, em horários a definir para o efeito em cada instalação – para este fim propõe-se o valor de utilização livre, que deverá ser pago por cada participante;
- Alargamento do horário de “FreePass” passando a incluir as aulas e serviços das 20:45 às 21:30.

Relativamente ao preçário para acesso às Piscinas Exteriores do Parque Desportivo Municipal, propõe-se a manutenção dos valores praticados da época balnear passada.

Segue em anexo os quadros com os valores propostos.

À consideração de V. Exa.

Mafra, 17 de Maio de 2017

O Chefe de Divisão

(Gonçalo Ferreira)

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Turismo, Cultura e Desporto****VALORES DE INSCRIÇÃO E FREQUÊNCIA DOS NÚCLEOS DESPORTIVOS
MUNICIPAIS E DE UTILIZAÇÃO LIVRE**

ÉPOCA 2017/2018	Oferta + Desporto	1x semana	2x semana	3x a 6x semana
	<i>Free Pass</i> – Horário livre (horário antes das 17h30 e após as 20h45, 2ª a 6ª) a)		25€/mês	
	Aulas (horário entre as 17h30 e as 20h45)	25€/mês	30€/mês	35€/mês
	Mafrativa b)	37,50€/mês	40€/mês	42,50€/mês
	<i>Summer pack</i> (livre-trânsito ginásio até 17h30, 2ªf-sab)		20€/semana	
	<i>Summer pack</i> (livre trânsito total até 17h30, 2ªf-sab)		25€/semana	
	Livre-trânsito - TOTAL		75€/mês	
	Livre-trânsito - LOCAL		60€/mês	

ÉPOCA 2017/2018	Ténis	1x semana	2x semana	3x semana
	Ténis - aulas individuais	76,50€/mês	127,50€/mês	160€/mês
	Ténis - 2 alunos	40,80€/mês	61,20€/mês	80€/mês
	Ténis - 3 alunos	34,70€/mês	42,80€/mês	58€/mês

ÉPOCA 2017/2018	Outros	Valor
	Inscrição	20,00 €
	Segunda via do cartão	5,60 €
	Aluguer de Mesa de Ténis de Mesa (valor hora)	3,00 €
	Circuito de manutenção com banho	2,00 €
	Sauna/ Banho Turco	3,00 €
	Treino PT - aluguer de espaço/mensal (8h00 às 17h30) c)	200,00 €
	Aula avulsa (para Fitness/Holísticas/Hidroginástica/Musculação)	7,10 €
	Treino PT - aluguer de espaço/mensal (8h00 às 22h00) c)	300,00 €
	Piscinas Municipais	
	Utilização livre (valor hora)	4,60 €
	Utilização livre c/ cartão utente (valor hora)	3,00 €
	Grupos (máx. 10 pessoas - valor hora)	43,30 €
	Ginásios Musculação	
	Aula avulsa (até às 17h30) - mediante confirmação de vaga	6,60 €
	Treino personalizado com professor	31,50 €

a) Sem limite de frequências

b) Horário livre até às 17h30 e após as 20h45 (2ª a 6ª) e inscrição em classes de seleção de horário

c) Aluguer de espaço por parte do técnico, condicionada à apresentação do Título Profissional de Técnico/a de Exercício Físico (de acordo com a legislação em vigor) e inscrição do utente na modalidade de musculação.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Turismo, Cultura e Desporto

VALORES DE RESERVA DE ESPAÇOS

PREÇÁRIO EM VIGOR (Aplicação do mesmo preçário nos espaços desportivos afetos às Escolas Básicas do 1º Ciclo)	Alugueres	Alugueres pontuais	Alugueres regulares	Aluguer das instalações para fins não desportivos (IVA incluído)
	Campos de ténis (hora/campo)	7,10 €	5,10 €	14,20 €
	Campos de ténis (hora/campo – noite)	10,50 €	8,50 €	21 €
	Polidesportivo (hora/campo)	Gratuito	-	-
	Polidesportivo (hora/campo – noite)	10,20 €	-	20,40 €
	Pavilhão – Nave (valor hora)	35 €	30 €	70 €
	Pavilhão – 1/3 nave (valor hora)	30,30 €	27,60 €	60,60 €
	Pavilhão – Ginásio (valor hora)	30,30 €	27,60 €	60,60 €
	Pista de Atletismo – valor utente/hora	2,10 €	-	-
	Estádio – Campo de Futebol (valor hora)	159,70 €	122,50 €	319,40 €
	Estádio – Campo de futebol (valor hora noite) a)	176,40 €	141,20 €	352,80 €

a) Após as 20h00 de Abril a Setembro; Após as 18h00 de Outubro a Março.

VALORES DE ENTRADA NAS PISCINAS EXTERIORES

Piscinas Exteriores	2017/18
Criança (até 5 anos)	gratuito
Criança (6 aos 12 anos)	2,50 €
Adulto/ jovem (13 aos 64 anos)	5,00 €
Sénior (a partir dos 65 anos)	2,50 €
Criança (6 aos 12 anos) -a partir das 18h00	1,25 €
Adulto/ jovem (13 aos 64 anos) -a partir das 18h00	2,50 €
Sénior (a partir dos 65 anos) - a partir das 18h00	1,25 €
Bilhete Família (2 adultos e duas crianças)	12,50 €
Espreguiçadeira	3,50 €



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Turismo, Cultura e Desporto

Descontos aplicáveis ao Pack + Desporto:

- 20% para utentes com mais de 65 anos;
- 10% para 8 ou mais funcionários da mesma empresa;
- 20% para utentes com um Índice de Massa Corporal (IMC) superior a 40;
- Descontos progressivos para membros do mesmo agregado familiar de 10%, 15% e 20%);

Regras aplicáveis:

- O cartão de utente confere diversas vantagens na utilização dos espaços desportivos e é entregue mediante inscrição, a qual é válida com a apresentação do Cartão de Cidadão.
- Através do cartão, estará coberto por seguro de acidentes pessoais e poderá inscrever-se nos Núcleos Desportivos Municipais ou em classes de utilização livre, mediante carregamento do mesmo, cujo saldo poderá também ser usado para reserva de espaços;
- Os pagamentos das mensalidades dos núcleos municipais devem ser efetuados até dia 10 de cada mês, ao balcão ou por referência multibanco, sofrendo um agravamento de 20% após esta data.
- As desistências dos núcleos municipais devem ser comunicadas, por escrito, até ao último dia útil do mês anterior ao da desistência. Se o fizer até ao dia 10 do próprio mês, deverá proceder ao pagamento de meia mensalidade;
- Caso se verifique a não frequência do núcleo, será feito o cancelamento automático da inscrição ao fim de um mês de pagamentos em atraso, ficando em débito o equivalente a meia mensalidade;
- O utente que pretender voltar a inscrever-se nos núcleos municipais, após cancelamento deverá voltar a pagar a inscrição
- Não são efetuados créditos, por motivo de ausência do utente;
- Em cada época desportiva, o utente poderá usufruir de duas suspensões da inscrição, pelo prazo de 15 dias, ou uma de um mês, sem perda de vaga.
- O FreePass apenas é aplicável a classes para adultos e que não dependem de avaliação prévia do nível do utente e incluem as classes de musculação e utilização livre da piscina;
- Os utentes que pretendam frequentar horários antes e após as 17:30 deverão fazer a inscrição nas duas mensalidades, de acordo com o pretendido.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Educação e Juventude****PARECER**

Concordo. Propomos que o assunto seja presente a reunião do conselho.

18/05/2017 Aldemir Rodrigues

O(A) Vereador(a),

Concordo. Propomos que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.

18/05/2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a proposta. A consideração segue.

18/05/2017

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião.

19/05/17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/6748

ASSUNTO: Geração ON 2017 — Proposta de calendarização e retribuição financeira

O projeto "Geração ON" pretende possibilitar aos jovens a oportunidade de ocuparem os seus tempos livres, na interrupção letiva do verão, através da realização de diversas atividades e tarefas nos serviços ou projetos municipais, bem como noutras entidades de acolhimento, com o objetivo de adquirirem novos conhecimentos ou desenvolverem competências pessoais, em contacto com o mundo laboral.

Nestes termos, dando continuidade a este projeto, propõe-se a realização de uma quarta edição, entre 3 de julho e 10 de setembro de 2017, para os jovens dos 16 aos 25 anos, residentes no Concelho de Mafra, repartido pelos seguintes turnos e número de dias, conforme disponibilidade das entidades de acolhimento/serviços:



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

Turno	Data de realização	N.º dias	Vertente
A	Entre 3 a 23 de julho	15	Geração ON Monitores Educação – AIL's Geração ON Social Geração ON Cultura & Turismo Geração ON Freguesias Geração ON Operacional e Técnico-Administrativa (Serviços Municipais)
B	Entre 24 de julho a 13 de agosto	15	
C	Entre 14 de agosto a 10 de setembro	19	
D	De 3 a 31 de julho	21	Geração ON Educadores - Creche Municipal
E	De 3 a 28 de Julho	20	Geração ON Monitores Juventude - Férias (Cri) Ativas
F	De 3 de julho a 4 de agosto	25	Geração ON Defesa da Floresta
G	De 7 de agosto a 8 de setembro	24	

Para a totalidade dos turnos, consoante as especificidades dos serviços/ entidades de acolhimento e do tipo de tarefa a desempenhar, as quais podem ocorrer aos fins-de-semana, propõe-se uma ocupação de 4 horas diárias; uma de 5 horas diárias; uma de 6 horas diárias e uma de 7 horas diárias, num total aproximado de 19.051 horas.

As tarefas poderão realizar-se nas seguintes vertentes, conforme disponibilidade manifestada pelos serviços e entidades de acolhimento:

- a) Técnica, administrativa, informática e operacional;
- b) Cultural, social, desportiva, ambiental e lúdico-recreativa;

A seleção dos candidatos realizar-se-á mediante análise e aplicação dos seguintes fatores/critérios de seleção:

1. Ordem de receção da candidatura completa (apurado através da data de receção);
2. Candidatura pela primeira vez ao projeto (será dada prioridade aos jovens que se candidataram em edições anteriores e não foram selecionados);
3. Requisitos preferenciais e perfis indicados pelas entidades e serviços de acolhimento;

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Educação e Juventude**

4. Habilitações literárias;
5. Entrevista para apreciação da motivação e avaliação do interesse pela vertente a que se candidata.

Numa perspetiva de inclusão social, poderão ser integrados, em cada turno, até três jovens, decorrente de pedido formulado pelos serviços municipais competentes na área do acompanhamento/intervenção social ou por entidades sociais parceiras (exemplo: Segurança Social e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, entre outras) e mediante deferimento do mesmo.

Face ao exposto, propõe-se nos termos da alínea u) do artigo 33.º do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que a Câmara Municipal aprove a calendarização proposta e a retribuição de 2,00€ (dois euros) por cada hora desempenhada, estimando-se um encargo global de 38.102,00€ (trinta e oito mil, cento e dois euros).

À Consideração Superior.

Mafra, 17 de maio de 2017

A Técnica Superior

(Isabel Ramalhete)



	Antecedentes - 2014	Antecedentes - 2015	Antecedentes - 2016	PROPOSTA - 2017
Período de realização	Entre 30 de junho e 29 de agosto	Entre 29 de junho e 06 de setembro	Entre 13 de junho e 04 de setembro	Entre 3 de julho e 10 de setembro
Destinatários:	jovens munícipes do Concelho de Mafra com idades compreendidas entre os 16 e os 25 anos de idade e com o 9.º ano de escolaridade (ou frequência do mesmo).	jovens munícipes do Concelho de Mafra com idades compreendidas entre os 16 e os 25 anos de idade e com o 9.º ano de escolaridade (ou frequência do mesmo).	jovens munícipes do Concelho de Mafra com idades compreendidas entre os 16 e os 25 anos de idade e com o 9.º ano de escolaridade (ou frequência do mesmo).	jovens munícipes do Concelho de Mafra com idades compreendidas entre os 16 e os 25 anos de idade.
N.º de turnos	4 (cada turno com a duração de 10 dias)	5 Turnos (cada um com a duração de 10 dias)	4 turnos Gerais (cada um com uma duração de 15 dias) + 3 turnos específicos (1 com uma duração de 15 dias e dois com uma duração de 10 dias)	7 turnos no total, dos quais: 2 turnos (A e B), cada um com uma duração de 15 dias; 1 turno (C) com uma duração de 19 dias; d) 1 turno (D) com uma duração de 21 dias; e) 1 turno (E) com uma duração de 20 dias; 1 turno (F) com uma duração de 25 dias e 1 turno (G) com uma duração de 24 dias.
N.º jovens/vagas ocupadas	94 vagas	130 vagas	149 vagas	Estimam-se que se ocupem cerca de <u>199 vagas</u> . Nestas incluem-se 3 vagas por turno, para acolher jovens encaminhados por Instituições/parceiros/serviço de ação social
N.º de candidatos	225	373	292	-
Valor da Retribuição Financeira	2,00€ por hora	2,00€ por hora	2,00€ por hora	2,00€ por hora
Ocupação diária (carga horária)	3 horas diárias e 6 horas diárias (consoante a especificidade do serviço)	3 horas diárias, 4 horas diárias e 6 horas diárias (consoante a especificidade do serviço)	4 horas diárias, 6 horas diárias e 7 horas diárias (consoante a especificidade do serviço)	4 horas diárias, 5 horas diárias, 6 horas diárias e 7 horas diárias (consoante a especificidade do serviço)
Total de verba	8.784,00€	12.280,00€	24.780,00€	38.102,00€
Total de horas do projeto	4.036 horas	6.140 horas	12.390 horas	19.051 horas



	Antecedentes - 2014	Antecedentes - 2015	Antecedentes - 2016	PROPOSTA - 2017
Tarefas realizadas nas vertentes	a) Técnica, administrativa e informática; b) Social, cultural, desportiva e lúdico-recreativa; c) Fauna e da flora do Concelho.	a) Técnica, administrativa, informática e operacional; b) Social, cultural, desportiva e lúdico-recreativa; [a fauna e flora incluem-se na vertente técnica e operacional]	a) Técnica, administrativa, informática e operacional; b) Social, cultural, desportiva e lúdico-recreativa; [a fauna e flora incluem-se na vertente técnica e operacional]	a) Técnica, administrativa, informática e operacional; b) Social, cultural, desportiva, ambiente e lúdico-recreativa;
Serviços e entidades de acolhimento/ Locais de Realização	Serviços municipais nos Paços Município; Piscina Exterior do Parque Desportivo Municipal de Mafra; Canil Municipal; Jardim do Cerco; Junta/União de Freguesia; Apoio às atividades para crianças e jovens (AIL's e Férias (Cri)Activas); Praia Foz do Lizandro (apoio às atividades); Palácio Nacional de Mafra; Tapada Nacional de Mafra.	Serviços municipais nos Paços Município (com separação de carga horária para jovens dos 16 aos 19 anos e dos 20 aos 25 anos); Piscina Exterior do Parque Desportivo Municipal de Mafra; Jardim do Cerco; Apoio às atividades para crianças e jovens [AIL's e Férias (Cri)Activas]; Junta/União de Freguesia; Palácio Nacional de Mafra e Tapada Nacional de Mafra; Arquivo-Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira	Serviços municipais nos Paços Município (com separação de carga horária para jovens dos 16 aos 19 anos e dos 20 aos 25 anos); Piscina Exterior do Parque Desportivo Municipal de Mafra; Jardim do Cerco; Geração ON Defesa da Floresta Apoio às atividades para crianças e jovens [AIL's e Férias (Cri)Activas]; Junta/União de Freguesia; Palácio Nacional de Mafra e Tapada Nacional de Mafra; Arquivo-Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira	<u>Preveem-se (confirmação por partes dos serviços/ entidades) os seguintes</u> NOVOS: IPSS (outras) Mantêm-se: Serviços municipais nos Paços Município (com separação de carga horária para jovens dos 16 aos 19 anos e dos 20 aos 25 anos); Piscina Exterior do Parque Desportivo Municipal de Mafra; Geração ON Defesa da Floresta; Lar e Centro de Dia do Sobreiro/Centro Paroquial de Mafra; Jardim do Cerco; Apoio às atividades para crianças e jovens [AIL's e Férias (Cri)Activas]; Junta/União de Freguesia; Palácio Nacional de Mafra e Tapada Nacional de Mafra; Arquivo-Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira



	Antecedentes - 2014	Antecedentes - 2015	Antecedentes - 2016	PROPOSTA - 2017
CrITÉrios de Selecção	a) Maior idade dentro do escalão etário definido; b) Interesse manifestado por uma determinada área de ocupação; c) Formação escolar/ académica na área de interesse; d) Proximidade da residência do jovem relativamente ao local de desenvolvimento da atividade; e) Ordem de receção da candidatura completa.	1.º Maior idade dentro do escalão etário definido para o programa; 2.º Interesse manifestado por uma determinada área de ocupação/serviço; 3.º Formação escolar/académica na área de ocupação/serviço a que se candidata; 4.º Proximidade da residência do jovem relativamente ao local de desenvolvimento da atividade; 5.º Nível de Habilitações Literárias. Para efeitos de desempate entre candidatos, que obtenham a mesma pontuação, serão aplicados os seguintes critérios: 1.º Não ter participado em turnos anteriores; 2.º N.º de turnos a que se candidata (apurado através do número de turnos pretendidos, priorizando-se os jovens que apenas se candidatem a um turno e assim sucessivamente); 3.º Ordem de receção da candidatura completa (apurado através da data receção).	1. Nunca ter participado em edições anteriores; 2. Ordem de receção da candidatura completa (apurado através da data receção); 3. Formação académica/área de estudo versus o interesse pela área do serviço ou entidade de acolhimento a que se candidata; 4. Habilitações literárias Para efeitos de desempate será aplicado o seguinte critério: Número de turnos a que se candidata (priorizando-se os jovens que se candidatem apenas a um turno e assim sucessivamente).	1. Ordem de receção da candidatura completa (apurado através da data de receção); 2. Candidatura pela primeira vez ao projeto (será dada prioridade aos jovens que se candidataram em edições anteriores e não foram seleccionados); 3. Requisitos preferenciais e perfis indicados pelas entidades e serviços de acolhimento; 4. Habilitações literárias; 5. Entrevista para apreciação da motivação e avaliação do interesse pela vertente a que se candidata.

